

ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2023 (Republicação Termo de Referência Retificado)

"Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de Monitoramento Eletrônico (Alarme eletrônico), circuito fechado de Televisão – CFTV, (monitoramento com transmissão baseada no protocolo IP), serviços de monitoramento de sistema de alarme 24 (vinte e quatro) horas, EM REGIME DE COMODATO, com instalação, conforme projeto, fornecimento de mão de obra, equipamentos, manutenção e assistência, para Câmara Municipal de Hortolândia, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I deste Edital."

INTERESSADO:

CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

MODALIDADE:

PREGÃO PRESENCIAL nº 11/2023

REGIME DE EXECUÇÃO:

INDIRETO SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO

GLOBAL

LICITAÇÃO TIPO:

MENOR PREÇO GLOBAL

FUNDAMENTO LEGAL:

Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93

PROCESSO ADMINISTRATIVO:

CMH 66/2023

DATA DE ABERTURA DO CERTAME:

Dia 11 de janeiro de 2024, às 9h.

DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

Até 11 de janeiro de 2024 às 9h.

A CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA, através da Pregoeira e sua equipe de apoio, nomeados pela Portaria nº 285/2023, com a devida autorização do Presidente da Casa Legislativa, Vereador Sr. Edivaldo Sousa Araújo, de acordo com as normas descritas neste Edital e seus anexos, e em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, Lei n.º 8.666/1993, Lei Complementar Federal n.º 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto 8.538/2015 e disposições do ATO DA MESA nº 32 de 31 de maio de 2010, torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO na forma PRESENCIAL nº 11/2023, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de Monitoramento Eletrônico (Alarme eletrônico), circuito fechado de Televisão – CFTV, (monitoramento com transmissão baseada no protocolo IP), serviços de



ESTADO DE SÃO PAULO

monitoramento de sistema de alarme 24 (vinte e quatro) horas, *por comodato*, com instalação, conforme projeto, fornecimento de mão de obra, equipamentos, manutenção e assistência, para Câmara Municipal de Hortolândia, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

Informações preliminares:

- *Os envelopes, devidamente lacrados, contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na Rua Joseph Paul Julien Burlandy, nº 250, Parque Gabriel, Hortolândia/SP, **até às 9h do dia 11/01/2024**, horário de início da Sessão Pública de processamento do Pregão.
- ***O credenciamento** dos interessados poderá ser realizado a partir da publicação do Edital. Os interessados poderão realizar o credenciamento antecipado OU no início da Sessão Pública do Pregão Presencial, conforme os requisitos do Item 6, deste Edital.
- *Os documentos de credenciamento serão recebidos e analisados até o exato momento antes da abertura do primeiro envelope de PROPOSTA, quando a pregoeira declarará que não serão aceitos mais pedidos de credenciamentos.
- *Maiores informações encontram-se a disposição dos interessados na Rua Joseph Paul Julien Burlandy, nº 250, Parque Gabriel, Hortolândia/SP, telefone 19-3897-9900, ramal 341, ou pelo e-mail licitacao@hortolandia.sp.leg.br.

SUMÁRIO

- 1- DO OBJETO
- 2- DO ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
- 3- DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO
- 4- DA VISITA TÉCNICA
- 5- DA EQUIPE ESPECIALIZADA, MATERIAIS E INSUMOS
- 6- DO CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA
- 7- DA PROPOSTA
- 8- DA HABILITAÇÃO
- 9- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES (PROPOSTA E HABILITAÇÃO)
- 10- DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO
- 11- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO
- 12- DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
- 13- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
- 14- DAS PENALIDADES
- 15- DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DE SÃO PAULO

- 16- DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)
- 17- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

DOS ANEXOS QUE INTEGRAM O EDITAL PREGÃO nº 11 /2023:

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações do objeto
ANEXO II	Modelo de credenciamento de representante
ANEXO III	Modelo de declaração de cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e da Lei nº 9.854/1999 (deverá ser entregue no ato do credenciamento)
ANEXO IV	Modelo de proposta comercial
ANEXO V	Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
ANEXO VI	Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo para participação no Certame (no ato do credenciamento)
ANEXO VII	Declaração de Disponibilidade de Material e Pessoal para execução do objeto, conforme Item 19.4.1 do Termo de Referência.
ANEXO VIII	Termo De Consentimento Para Tratamento De Dados Pessoais
ANEXO IX	Minuta do Contrato e Termo de Ciência e Notificação (obrigatório para o vencedor no momento do contrato)
ANEXO X	Certificado de realização de Visita Técnica (elaborado pela unidade compradora)
ANEXO XI	Declaração de opção por NÃO realizar a visita técnica (elaborado pelo licitante)

1 - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de Monitoramento Eletrônico (Alarme eletrônico), circuito fechado de Televisão – CFTV, (monitoramento com transmissão baseada no protocolo IP), serviços de monitoramento de sistema de alarme 24 (vinte e quatro) horas, **por comodato**, com instalação, conforme projeto, fornecimento de mão de obra, equipamentos, manutenção e assistência, para Câmara Municipal de Hortolândia, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2 - DO ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

2.1 Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, em até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura oficial da sessão pública.



ESTADO DE SÃO PAULO

- **2.2** As impugnações deverão ser formalizadas e expostas suas razões por escrito, devidamente assinadas, contendo CNPJ, razão social e nome do representante que assinou, bem como e-mail, endereço e telefone da empresa, e protocoladas na Câmara Municipal de Hortolândia **OU** encaminhadas através do e-mail <u>licitacao@hortolandia.sp.leg.br</u>, respeitado o prazo supracitado.
- **2.3** As impugnações serão respondidas no prazo máximo de 1 (um) dia, a contar do seu recebimento, sendo que a resposta será disponibilizada no site da Câmara: www.hortolandia.sp.leg.br.
- **2.4** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da Sessão Pública.
- **2.5** Os licitantes deverão consultar diariamente o site da Câmara (www.hortolandia.sp.leg.br.), para verificação de inclusão de adendos elou esclarecimentos deste Edital, especialmente no dia anterior à sua realização, sendo de exclusiva responsabilidade do interessado a obtenção de adendos elou esclarecimentos, não podendo alegar desconhecimento relativo às informações deste Edital.

3 - CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

- **3.1** Poderão participar desta licitação todos interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e na legislação aplicável.
- **3.2** Não poderão participar da presente licitação as interessadas que se encontrem sob o regime falimentar, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Hortolândia ou com o Município de Hortolândia.
- **3.3** A participação no certame está condicionada ao preenchimento da declaração (ANEXO VI), de inexistência de qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação e que aceita os regulamentos do presente Edital.
- **3.3.1.** A declaração referida no Item 3.3 deverá ser entregue no <u>momento do credenciamento.</u>
- **3.4** As empresas que desejarem participar do pleito em epígrafe deverão obrigatoriamente entregar à pregoeira, além dos documentos de credenciamento, dois envelopes fechados, indicando respectivamente "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO", contendo na parte



ESTADO DE SÃO PAULO

frontal externa o número do pregão, nome da empresa, local e data da realização do certame.

- **3.5** Licitantes que optarem por enviar seus envelopes via postal com AR (Aviso de Recebimento), deverão remetê-los ao endereço: Rua Joseph Paul Julien Burlandy, no 250, Parque Gabriel, Hortolândia/SP, aos cuidados da pregoeira, sendo única e exclusiva responsabilidade do interessado a entrega dos envelopes até o prazo e horário estipulados para a abertura do certame.
- 3.6 Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes após a abertura do primeiro envelope de proposta comercial pela pregoeira.

4 – DA VISITA TÉCNICA

- **4.1.** A visita técnica, é recomendável, para o levantamento correto de todas as áreas, em razão da extensão do Prédio e diversos ambientes, sendo imprescindível que a empresa tenha conhecimento e avalie todos os aspectos e as condições locais, avaliando a quantidade e a natureza dos trabalhos, os materiais e equipamentos necessários à execução do objeto da licitação, permitindo aos interessados colherem as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, conforme item 23 do Termo de Referência Anexo I.
- **4.1.1** Poderão ser feitas tantas visitas técnicas necessárias à formulação da proposta. As visitas podem ser previamente agendadas pelo telefone 3897-9900 ramais 316 (3112-3318) Sr. Anderson Campoi e poderão ser realizadas até o dia útil imediatamente anterior à sessão pública.
- **4.2** A visita Técnica tem significativa importância para o conhecimento e as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução do objeto da licitação, permitindo aos interessados colher as informações e subsídios que julgarem necessários, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços, até o último dia útil anterior à licitação.
- **4.3** O licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame, apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada, conforme o modelo constante do Anexo XI do Edital.

5- DA EQUIPE ESPECIALIZADA, MATERIAIS E INSUMOS



ESTADO DE SÃO PAULO

5.1 O participante deverá firmar declaração de que disporá, na data da contratação, de equipe especializada e disponível, bem como materiais e insumos necessários para execução do objeto licitado conforme modelo previsto no Anexo VII.

6 - DO CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA

- **6.1** O credenciamento poderá ser realizado a partir da publicação do Edital, conforme item 6.11 deste Edital, até o momento de início da Sessão Pública junto à pregoeira por meio de um Representante. Será admitido apenas um Representante por empresa, o qual deverá estar munido de Cédula de Identidade.
- **6.2** O Credenciamento do Representante da Licitante, que **não** seja Sócio ou Diretor da Empresa, far-se-á mediante a apresentação da Carta de Credenciamento com assinatura do responsável legal **(conforme modelo Anexo II)** elou instrumento público comprovando os necessários poderes para formular verbalmente lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso, assinar a ata e praticar os demais atos pertinentes ao presente certame **e contrato social ou equivalente.**
- **6.3** A apresentação do Contrato social ou equivalente poderá ser mediante a via original, cópia autenticada em cartório ou digitalmente, ou ser feita a autenticação da cópia pela Equipe de Pregão da Câmara Municipal de Hortolândia <u>desde que acompanhado do documento original.</u>
- **6.4** No caso de Sócio ou Diretor da licitante, deverá se apresentar com o Contrato Social original (Registro Comercial, no caso de empresa individual) ou cópia autenticada em cartório ou digitalmente ou ser feita a autenticação da cópia pela Equipe de Pregão da Câmara Municipal de Hortolândia desde que acompanhado do documento original.
- **6.5** A Empresa licitante deverá apresentar declaração conforme **Anexo III na fase de credenciamento**, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- **6.6** A Empresa licitante deverá apresentar declaração de inexistência de qualquer fato impeditivo de sua participação no certame, conforme **Anexo VI na fase de credenciamento**.
- **6.7** A Empresa licitante deverá apresentar declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for caso), conforme **Anexo V na fase de credenciamento.**
- **6.8** A Empresa licitante deverá apresentar o Termo De Consentimento Para Tratamento De Dados Pessoais, **conforme Anexo VIII**.



ESTADO DE SÃO PAULO

- **6.9** Todos os documentos relativos ao **credenciamento** e as declarações acima citadas **deverão estar fora** dos envelopes da "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".
- **6.10** As licitantes que desejarem encaminhar os envelopes de "PROPOSTA" e "DO-CUMENTAÇÃO" via postal com AR (Aviso de Recebimento) deverão apresentar as declarações dos ANEXOS III, V, VI e VIII dentro de um terceiro envelope, aos cuidados da pregoeira, contendo na parte frontal externa a palavra "CREDENCIAMENTO", o nº do pregão, nome da empresa, local e data da realização do certame.
- **6.11** As licitantes que desejarem realizar o credenciamento antecipado poderão fazê-lo a partir da publicação do Edital, encaminhando todos os documentos de credenciamento, para a Equipe de licitação, no endereço da Câmara Municipal de Hortolândia.
- **6.11.1** Os documentos, para credenciamento, deverão ser encaminhados da seguinte forma: cópia autenticada em cartório ou digitalmente, ou ainda, a autenticação da cópia poderá ser realizada pela Equipe de Pregão da Câmara Municipal de Hortolândia desde que acompanhado do documento original.
- **6.11.2** No dia da Sessão do Pregão Presencial, o representante da Licitante credenciada deverá estar munido de Documento de Identidade original, e as respectivas documentações do credenciamento serão disponibilizadas para os demais licitantes.
- **6.13.** A ausência do credenciado importará na imediata exclusão da licitante da sessão de lances e a renúncia ao direito de manifestação de interposição de recursos.

7 - DA PROPOSTA

- **7.1** No ENVELOPE "Nº 01" deverá constar: a proposta comercial, impressa em papel timbrado da empresa, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, em moeda corrente nacional, com clareza, sem alternativas, emendas, rasuras e entrelinhas ou no próprio **formulário (Anexo IV)** que integra o presente edital, devendo constar:
- a) nome (identificação) da licitante, endereço, e-mail, número de telefone elou fax, CEP e nº do CNPJ;
- b) o preço apresentado, deve discriminar as características do serviço/produto cotado, que deve estar em conformidade com as descritas no Anexo I deste edital, indicando o valor unitário e global, expresso em algarismos e indicar sempre que for o caso, a marca/bandeira (uma única);
 - **7.2**. A simples participação neste certame implica:
- a) na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos;



ESTADO DE SÃO PAULO

- b) que o preço apresentado abrange todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação (a exemplo de impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e gastos com transporte), bem como os descontos porventura concedidos;
- c) que a licitante vencedora se compromete a efetuar a prestação de serviços/entrega dos produtos no preço e prazo constantes de sua proposta;
- d) que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contado da data estipulada para sua entrega.;
- e) na observância das disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de participação no procedimento licitatório, execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 Com relação aos documentos de habilitação, as empresas interessadas em participar deste certame deverão apresentar dentro do prazo fixado neste Edital, no ENVELOPE N. ⁰ 02, toda documentação de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição:

a.1) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de apresentação da Proposta; a.1.1) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a" deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente. a.2.2) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso. b) Certificado de Regularidade do FGTS, dentro do prazo de validade. C Certidão de Regularidade perante o INSS, dentro do prazo de validade.



ESTADO DE SÃO PAULO

d)	Certidão conjunta, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados.
e)	Certidão que comprove regularidade fiscal perante o Estado ou Distrito Federal (para empresas sediadas fora do Estado de São Paulo).
f)	Tratando-se de empresa sediada em São Paulo – apresentar e-CND (Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos <u>e</u> e-CRDA Certidão Negativa de Débitos Inscritos na Dívida Ativa.
g)	Certidão de regularidade fiscal perante o Município (Tributos Mobiliários), da sede ou domicílio da proponente, pertinente ao ramo de atividade da empresa e relativa aos tributos mobiliários relacionados com o objeto licitado.
h)	PROVA DE INEXISTÊNCIA de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante apresentação de certidão negativa.
i)	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
j)	Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Registro Comercial, no caso de empresa individual. (FASE DE CREDENCIAMENTO)
k)	Declaração de Disponibilidade de Equipamentos e Pessoal para execução do objeto – ANEXO VII do Edital
I)	Certidões de registro ou inscrição junto ao CREA OU CAU da proponente e do responsável técnico, dentro do prazo de validade E Atestados de Capacidade Técnico Operacional, conforme Item 19 e ss. do Termo de Referência.
m)	Certificado de realização de Visita Técnica (elaborado pela unidade compradora) - Anexo X do Edital <u>ou</u> Declaração de opção por NÃO realizar a visita técnica (elaborado pelo licitante) Anexo XI , do Edital



ESTADO DE SÃO PAULO

- **8.2** A habilitação ao presente Pregão também poderá ser demonstrada através do Certificado de Registro Cadastral expedido pela Câmara Municipal de Hortolândia ou pela Prefeitura Municipal de Hortolândia, observado o prazo de validade do certificado e das respectivas certidões; ou ainda pelo SICAF SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES desde que especificado neste documento todos os documentos solicitados neste edital com a respectiva validade.
- **8.3** Os documentos mencionados acima deverão se referir exclusivamente ao estabelecimento licitante (matriz ou filial), ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições, que deverá ser comprovada por documento próprio e estar vigentes à época da sessão de recebimento e abertura.
- a) Se o <u>licitante for a matriz</u>, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e <u>se</u> <u>for a filial</u>, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- **b)** Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.
- **8.4** Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes, quanto aos documentos acima mencionados, nem cópias ilegíveis ainda que autenticadas.
- **8.5** A pregoeira verificará, ainda, quanto à habilitação da licitante, a declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99), conforme modelo do Anexo III. **Entrega na fase de credenciamento**.
- **8.6** Na **hipótese de não constar prazo de validade nas certidões** apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- **8.7** Na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) verificará à existência de sanções que impeçam a participação no certame, mediante a consulta aos seguintes cadastros: União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis).
- **a.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).



ESTADO DE SÃO PAULO

- **b.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php).
- **c.** Cadastro do Tribunal de Contas de São Paulo Relação de Apenados (<u>www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apenados</u>).
- **8.8** Referente às consultas nos cadastros acima, não poderão participar as empresas que, na data fixada para apresentação dos envelopes, estiverem cumprindo penalidade de impedimento ou suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a Administração Direta ou Indireta do Município de Hortolândia e declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.
- **8.9** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- **8.10** Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará a licitante impedida de participar do certame, declarando-o inabilitado.

9 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES (PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

9.1 No dia, hora e local designados neste edital, a pregoeira receberá, em envelopes distintos e devidamente lacrados, as propostas comerciais e os documentos exigidos para habilitação. Os envelopes deverão estar com as seguintes indicações externas:

ENVELOPE N° 01 "PROPOSTA"

PREGÃO PRESENCIAL nº 11/2023

PROPONENTE/EMPRESA

Data e Horário da abertura da Sessão: 11 de janeiro de 2024, às 9h.

ENVELOPE Nº 02 "HABILITAÇÃO"

PREGÃO PRESENCIAL nº 11/2023

PROPONENTE/EMPRESA

Data e Horário da abertura da Sessão: 11 de janeiro de 2024, às 9h.



ESTADO DE SÃO PAULO

10- DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO

- **10.1** Abertos os envelopes com as propostas, será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.
- **10.2** Será, então, selecionada pela pregoeira a oferta de menor preço e as ofertas em valores sucessivos e superiores até 10%, relativamente à de menor preço.
- **10.3** Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, a pregoeira classificará as melhores ofertas seguintes às que efetivamente já tenham sido por ela selecionadas, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- **10.4** Às licitantes selecionadas na forma dos itens **10.2. e 10.3**. será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta de maior preço.
- **10.5** Se os valores de duas ou mais propostas escritas ficarem empatados, será realizado um sorteio para definir qual das licitantes registrará primeiro seu lance verbal.
- **10.6** Serão realizadas tantas rodadas de lances verbais quantas se façam necessárias.
- **10.7** Poderá a pregoeira negociar com as licitantes visando estabelecer um intervalo razoável entre os lances ofertados.
- **10.8** Será classificada em primeiro lugar na etapa dos lances verbais aquela que ofertar o menor preço.
- **10.9** A não apresentação de novo lance verbal pelo representante da licitante, quando convidado pela pregoeira, implicará na desistência da licitante em ofertar novos lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.
- **10.10** Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e serão ordenadas as propostas, em ordem crescente de valor.
- 10.10.1 Caso a proposta vencedora não seja de ME e/ou EPP, será respeitado o disposto nos artigos 44 § 2º e 45 § 3º da Lei Complementar nº 123/2006.



ESTADO DE SÃO PAULO

- **10.11** A pregoeira negociará diretamente com o proponente primeiro classificado para que seja obtido preço melhor e, ato contínuo, examinará sua aceitabilidade, conforme este edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.
- **10.12** Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar.
- **10.13** Constatado o atendimento pleno das exigências do presente Edital, à licitante que ofereceu o menor preço global será declarada vencedora e adjudicado o objeto, caso não haja intenção de recurso por qualquer licitante.
- **10.14** Serão recebidas as intenções de recursos motivados, desde que sejam feitos de forma tempestiva e nos termos do inciso XVIII, do artigo 4º, da Lei 10.520/2002.
- **10.15** Pequenos equívocos cometidos por qualquer empresa, que não tragam prejuízos ao certame e que não maculem a possibilidade de execução de futuro contrato, serão sanados na presente Sessão, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, em prol da ampliação da competitividade e proposta mais vantajosa para Administração.
 - 10.16 Os casos omissos serão decididos pela Pregoeira e Equipe de Apoio.
- **10.17** Da Sessão de Pregão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, será assinada pela pregoeira, equipe de apoio e licitantes presentes.

11- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

- 11.1. No julgamento das propostas será considerado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL, desde que atenda às exigências deste edital.
- **11.2.** O objeto desta licitação será adjudicado na sua integralidade à licitante cuja proposta seja considerada vencedora do certame e se não houver manifestações de intenções de recursos dos demais licitantes feitos de forma tempestiva, nos termos do previsto no inc. XVIII do art. 4º da Lei nº 10.520/02.
- **11.3.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.



ESTADO DE SÃO PAULO

- **11.4.** Para análise da exequibilidade da proposta de preços poderá ser solicitado a Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser apresentada pelo licitante em relação à sua proposta final.
- **11.5.** Caso haja a desclassificação do primeiro colocado nos termos do item anterior, será convocado o segundo colocado no processo licitatório.
- **11.6.** Serão desclassificadas as licitantes que não atenderem às exigências deste edital, bem como as que apresentarem preços excessivos, assim considerados aqueles que estiverem acima do preço de mercado, ou manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 48 da Lei nº 8.666/93.

12 - DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- **12.1** Por força da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 34 da Lei nº 11.488/2007, as microempresas MEs, as empresas de pequeno porte EPPs que tenham interesse em participar deste Pregão, deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:
- **a)** A licitante que se enquadrar na condição de ME ou EPP deverá apresentar, no envelope "DOCUMENTAÇÃO" da habilitação toda a documentação exigida neste edital, ainda que eventualmente possuam alguma restrição no tocante à documentação fiscal e/ou trabalhista, bem como a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno (Anexo V).
- **b)** Como critério de desempate, será assegurada a preferência de contratação para MEs ou EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte sejam **iguais ou até 5**% (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada.
 - **12.2** Caracterizado o empate, proceder-se-á do seguinte modo:
- **a)** A ME ou EPP mais bem classificada terá oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão. **b)** A nova proposta de preço, mencionado na alínea anterior, deverá ser inferior àquela considerada previamente vencedora do certame.
- **c)** Obedecida as exigências de habilitação, a ME ou EPP que ofereceu a nova proposta será declarada vencedora.
- d) No caso de equivalências dos valores das propostas apresentadas entre as MEs ou EPPs que estejam dentro do limite de empate conforme subitem 11.1 alínea b, será dada a oportunidade de apresentar nova proposta à mais bem classificada e esta não, oferecendo novo valor ou não cumprindo às exigências do Edital, será dada a oportunidade para as demais na ordem de classificação entre elas ou sorteio se propostas idênticas.
- **12.3** Na hipótese de não contratação nos termos deste item e subitens, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



ESTADO DE SÃO PAULO

12.4 O procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

13- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- **13.1** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar **imediata e motivadamente** a intenção de recorrer, observando-se o rito previsto no inc. XVIII do art. 4º da Lei nº 10.520/02.
- **13.2** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **13.3** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e será adjudicado o objeto à vencedora.

14 - DAS PENALIDADES

- **14.1** A vencedora do certame que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeita às penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93.
- **14.2** Em conformidade com o art. 86 da Lei nº 8.666/93, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 0,5 % (meio por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- **14.3** Nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste contrato, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:
 - a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com este órgão promotor do certame, por prazo de até 2 (dois) anos;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- **14.4** Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acresci-



ESTADO DE SÃO PAULO

do de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.5 Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

15 - DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **15.1** O(s) pagamento(s) pelo(s) fornecimento do(s) objeto(s) licitado(s) serão realizados pela Contratante, mediante a execução do objeto da licitação conforme estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, após o aceite dos serviços prestados, por responsável definido pela Contratante, conforme disposto no Termo de Referência, respeitada sempre a Ordem Cronológica de pagamentos prevista pela Lei Federal 8.666/1993, e suas alterações introduzidas através das Leis Federais nº 8.883/1994, nº 9.648/1998 e nº 9.854/1990.
- **15.2** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos e de sua reapresentação, nos termos do Termo de Referência.
- **15.3**. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- **15.4**. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste pregão correrão à conta do valor estimado na Ficha 15 MATERIAL PERMANENTE e Ficha 7 3.3.90.39 Serviços de Terceiros PJ.

16– DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

16.1 - As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, no tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para participação no procedimento licitatório, de execução e acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgação, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.



ESTADO DE SÃO PAULO

- **16.2** Os participantes devem firmar o Termo De Consentimento Para Tratamento De Dados Pessoais, **conforme o Anexo VIII.**
- **16.3** A sessão pública de apresentação de propostas será gravada em áudio e vídeo, e a gravação será mantida arquivada na Câmara Municipal de Hortolândia, inclusive após o encerramento do processo licitatório, aplicando-se o disposto neste item 16.
- **16.3** Todos os presentes na sessão pública de licitação que participem das filmagens devem firmar o Termo De Consentimento Para Tratamento De Dados Pessoais, **conforme o Anexo VIII.**

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. DA AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS. Toda documentação deverá estar atualizada nos termos da legislação vigente, apresentada em cópia autenticada em cartório ou digitalmente com certificação, folha a folha e numeradas, podendo ainda a autenticidade se dar por meio de declaração de servidor da Câmara Municipal de Hortolândia, sempre mediante vistas e comparação com o documento original.
- **17.1.1** A(s) cópia(s) autenticada(s) digitalmente **DEVEM POSSUIR CERTIFICAÇÃO**, sendo responsabilidade da licitante disponibilizar as certificações à Pregoeira ou à Equipe de Apoio.
- 17.1.2 Os documentos expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em forma original ou, cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitas as verificações de sua autenticidade através de consulta realizada pela Equipe de Apoio do Pregão. Os demais documentos deverão ser cópias atualizadas e autenticadas por cartório ou digitalmente com certificação ou por Servidor da Câmara Municipal de Hortolândia.
- **17.2** Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração elou apresentação de documentação relativa à presente licitação.
- **17.3** A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- **17.4** A pregoeira, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados no presente Pregão, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.



ESTADO DE SÃO PAULO

- 17.5 Caso a licitante vencedora ME ou EPP e apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 17.6 Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da contratação, a adjudicatária deverá prestar garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, conforme Item 24 e subitens do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- **17.7.** A empresa contratada deverá seguir as normas técnicas da ABNT, conforme disposto no Termo de Referência, anexo I deste Edital.
- **17.8** Quaisquer esclarecimentos sobre dúvidas, eventualmente suscitadas, relativas às orientações contidas no presente pregão, poderão ser solicitados por escrito à pregoeira no e-mail <u>licitacao@hortolandia.sp.leg.br</u> ou no endereço da Câmara Municipal de Hortolândia, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 17h, telefone 19-3897-9900 Ramal 341.

Hortolândia, 21 de dezembro de 2023.

Roseli Curcio Pregoeira



ESTADO DE SÃO PAULO

Resumo de Documentos para Pregão 11/2023

CREDENCIAMENTO (FORA DO ENVELOPE)

- 1- Cópia da Carteira de Identidade (original para autenticação)
- 2- Credenciamento Modelo Anexo II
- 3- Declaração (art. 7º CF) Modelo Anexo III
- 4- Declaração de Micro e Pequena Empresa Modelo Anexo V
- 5- Declaração de Disponibilidade para Execução do Objeto Anexo VII
- 6- Inexistência de Fato Impeditivo Modelo Anexo VI
- 7- Termo De Consentimento Para Tratamento De Dados Pessoais, conforme Anexo VIII.
- 8- Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática dos demais atos inerentes ao certame. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

PROPOSTA (ENVELOPE Nº 01 – LACRADO)

Proposta comercial – Modelo ANEXO IV

HABILITAÇÃO (ENVELOPE nº 02- LACRADO)

a.1) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de apresentação da Proposa.1.1) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a" deverá a) ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente. a.2.2) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso. b) Certificado de Regularidade do FGTS, dentro do prazo de validade. c) Certidão de Regularidade perante o INSS, dentro do prazo de validade. Certidão conjunta, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados. Certidão que comprove regularidade fiscal perante o Estado ou Distrito Federal (para empresas sediadas fora do Estado de São Paulo).



ESTADO DE SÃO PAULO

f)	Tratando-se de empresa sediada em São Paulo – apresentar e-CND (Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos _e e-CRDA Certidão Negativa de Débitos Inscritos na Dívida Ativa.
g)	Certidão de regularidade fiscal perante o Município (Tributos Mobiliários).da sede ou domicílio da proponente, pertinente ao ramo de atividade da empresa e relativa aos tributos mobiliários relacionados com o objeto licitado.
h)	PROVA DE INEXISTÊNCIA de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante apresentação de certidão negativa.
i)	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
j)	Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Registro Comercial, no caso de empresa individual.
k)	Declaração de Disponibilidade de Equipamentos e Pessoal para execução do objeto — ANEXO VII do Edital
l)	Certidões de registro ou inscrição junto ao CREA OU CAU da proponente e do responsável técnico, dentro do prazo de validade E Atestados de Capacidade Técnico Operacional, conforme Item 19 e ss. do Termo de Referência
m)	Certificado de realização de Visita Técnica (elaborado pela unidade compradora) - ANEXO X do Edital ou Declaração de opção por NÃO realizar a visita técnica (elaborado pelo licitante) ANEXO XI, do Edital



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

RETIFICADO

1. OBJETO:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de Monitoramento Eletrônico (Alarme eletrônico), circuito fechado de Televisão – CFTV, (monitoramento com transmissão baseada no protocolo IP), serviços de monitoramento de sistema de alarme 24 (vinte e quatro) horas, **EM REGIME DE COMODATO**, com instalação, conforme projeto, fornecimento de mão de obra, equipamentos, manutenção e assistência, para Câmara Municipal de Hortolândia.

2. JUSTIFICATIVA:

Considerando que a Câmara Municipal de Hortolândia - CMH é um órgão da administração direta do Poder Legislativo e possui, dentre várias atribuições, a responsabilidade de promover a segurança dos vereadores, servidores e cidadãos, bem como dos bens patrimoniais;

Considerando que a CMH possui uma área interna de 6.360 m2 e uma externa de 30.660 m2;

Considerando que o sistema atual está obsoleto;

Considerando ser detentor de bens valiosos em sua carga patrimonial;



ESTADO DE SÃO PAULO

Considerando manter a CMH devidamente monitorada para melhor atender o titular do poder público que é o cidadão, bem como aos servidores que laboram nesse local, proporcionando a segurança e tranquilidade a todos;

Considerando monitorar suas dependências internas e externa por meio de um circuito fechado de TV, de modo a promover: Segurança 24 horas ao cidadão, aos colaboradores e ao patrimônio público; Redução dos riscos de arrombamentos; Redução de custos com seguro; Rapidez no acesso a serviços de segurança; Consultoria especializada; Diminuição dos riscos de acidentes e incêndios, uma vez que o monitoramento eletrônico notifica a central/responsáveis imediatamente nestes casos, ou em qualquer outra emergência; Inibição de possíveis atos de vandalismo; Em casos de sinistros, ou outros incidentes, ser um facilitador na identificação dos envolvidos.

Ante o exposto, faz-se necessária a contratação, visando maior proteção dos bens patrimoniais, conforto aos que procuram os serviços ofertados e aos vereadores, servidores e terceirizados que laboram na Câmara Municipal de Hortolândia.

A Referida contratação deverá ser executada de acordo com o Memorial Descritivo e o Projeto anexo a este Termo de Referência, onde a contratada fornecerá toda a mão de obra e os materiais necessários conforme descritivo.

3. ESCOPO DO SERVIÇO:

Item	Unidade	Qtd.	Descrição Serviço
01	Serviço	01	Serviços de Monitoramento Eletrônico (Alarme eletrônico), circuito fechado de Televisão (monitoramento de CFTV - com transmissão
			baseada no protocolo IP) e serviços de monitoramento de sistema de alarme 24 horas, sete dias por semana, com fornecimento de



ESTADO DE SÃO PAULO

mão de obra, equipamentos, instalação, manutenção e assistência
técnica preventiva e corretiva dos equipamentos instalados em
REGIME DE COMODATO, com atendimento por equipe
motorizada de ocorrências, identificadas através do alarme contra
intrusão (violações noturnas e diurnas).
Conforme memorial descritivo e projeto anexos.

4. DESCRIÇÃO E FORMA DE EXECUÇÃO:

4.1. SERVIÇOS PRELIMINARES.

Para o desenvolvimento dos trabalhos, a Contratada deverá realizar o levantamento prévio das informações, as necessidades e demandas existentes junto a Contratante para definição dos conceitos e diretrizes para a execução dos projetos básicos e demais peças técnicas que compõe o presente.

5. SISTEMA DE ALARME PATRIMONIAL COM MONITORAMENTO 24 HORAS E PROTEÇÃO DE PERÍMETRO, nas Instalações da CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA.

5.1. NORMAS APLICADAS:

- f) NBR/IEC 62676 Requisitos mínimos para sistemas de vídeo monitoramento para uso em aplicações de segurança;
- g) ABNT NBR-14565:2013: Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers;
- h) ANSI/EIA/TIA 568-C Commercial Building Telecommunications Wiring Standard;
- i) ANSI/EIA/TIA 569-A: Commercial Building Standard for Telecommunications;



ESTADO DE SÃO PAULO

- j) ABNT NBR-5410:2004: Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- k) ABNT NBR-5419:2015: Proteção Contra Descargas Atmosféricas;
- NR-10 (MTE) Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- Toda a execução deverá seguir rigorosamente as normas acima citadas, bem como as m) normas pertinentes a cada parte da execução, mesmo quando não citado em projeto. As recomendações aqui apresentadas visam orientar а execução do projeto telecomunicações no sentido de estabelecer uma instalação funcional e segura. Não implicam, todavia, em qualquer responsabilidade do projetista com relação à qualidade da instalação executada por terceiros e discordância com as normas aplicáveis. As plantas e especificações constituem um todo e se complementam, fazendo parte integrante do PROJETO.

5.2. PLANTAS VINCULADAS:

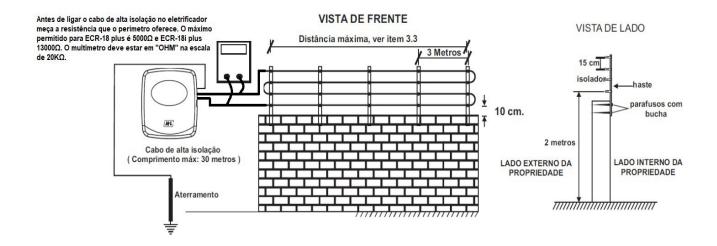
- **2** DE-CFTV-CM-HORTOLANDIA-1-3-R2;
- **3** DE-CFTV-CM-HORTOLANDIA-2-3-R2.
- **4** DE-CFTV-CM-HORTOLANDIA-3-3-R2.
- d) Alarme de intrusão e cerca elétrica:
- **5.2.1.** Na distribuição dos sensores de presença foram privilegiados os ambientes com maior vulnerabilidade, dando-se prioridade aos acessos do prédio.
- 5.3. Locação da central de alarme de presença:
- 01 Central localizada no nível 1 na sala de T&I na central de controle CFTV;
- **5.4.** Locação dos sensores de Barreiras:
- 13 12 pontos no perímetro do pátio próximo as cercas elétricas;
- **14** Receptor/transmissor de sinal sem fio Alcance 1000 m;
- 15 Os sensores de barreiras deverão ser instalados em postes conforme projeto.



ESTADO DE SÃO PAULO

5.5. Central e cerca elétrica:

- 3 01 Central localizada no nível 1 na sala de T&I na central de controle CFTV;
- 4 Cerca instalada no perímetro do pátio:
- 5 Esquema de montagem, vide desenho abaixo:



6. EQUIPAMENTOS:

- **6.1.** Central de alarme de Intrusão:
- 16 ESPECIFICAÇÕES modelo AMT 8000

Produto	Central de alarme monitorada
Alimentação AC	90 a 265 V (recomenda-se a utilização de um cabo



ESTADO DE SÃO PAULO

com bitola ≥1 mm)

Alimentação DC 5,7 V provindo da fonte XFT 8000

Bateria de lítio recarregável de 3,7 Vdc (acompanha

a central de alarme)

Temperatura de operação -10 °C a 50 °C @ 90% de umidade

Peso 568 gramas (com bateria e demais acessórios conec-

tados - XAG e FXO)

Dimensões Do produto: 84 × 290 × 273 mm

Com embalagem individual: 90 × 292 × 276 mm

Potencia média AMT 8000: 5 watts

AMT 8000 + FXO 8000: 5,5 watts

AMT 8000 + XAG 8000: 5,5 watts

AMT 8000 + FXO 8000 + XAG 8000: 5,5 watts

Ganho da antena: 0 dBi

Frequência comunicação sem fio AMT/Acessórios 915 a 928 MHz através de antena interna, potência

18 dBm

Modulação BPSK 40 Kbps

17 Quantidade: 01;

6.2. Sensores de presença:

18 ESPECIFICAÇÕES modelo: IVA 7100 DUAL QUAD

Ambiente de aplicação Externo

Número de 4

Feixes

Alcance de proteção com cabo SINC 100 metros

Alcance de proteção sem cabo SINC 60 metros



ESTADO DE SÃO PAULO

Método de detecção Bloqueio de 2 feixes vizinhos

Indicação de alinhamento/disparo LED alinhamento e buzzer

Saída de alarme NA ou NF

Chave antiviolação (tamper) Sim

Canais de frequência 2 canais

Empilhamento máximo 2 pares de sensor

Tempo de resposta de detecção 50 - 100 ms

6.3. Central de Alarme da cerca elétrica:

19 ESPECIFICAÇÕES modelo: ELC 5030

Tensão de alimentação	115 - 230 VAC			
Frequência Nominal	50 – 60 Hz			
Consumo em 115 – 230 Vac	6,5W			
Tensão de saída Com jumper posição baixa	16.000 V pulsativos, +/- 5%			
Com jumper posição média	18.000 V pulsativos, +/- 5%			
Com jumper posição alta	21.000 V pulsativos, +/- 5%			
Energia do pulso de saída	<1,2 joules			
Duração do pulso	360 us			
Intervalo entre pulsos	1s			
Pulsos por minuto	+/- 60 pulsos			
Dimensões (L x A x P)	275 x 215 x 85 mm			
Peso bruto	1,150 kg			
Saída Auxiliar	14,5 Vdc/250 mA (reco-			



ESTADO DE SÃO PAULO

menda-se a utilização de

um cabo CCI com bitola

≤26 AWG)

Corrente de saída de sirene Com bateria até 1,5A

Sem bateria 400 mA

Bateria recomendada 12 Vdc

Índice de proteção IPX4

7. CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV), nas Instalações da CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA.

7.1. NORMAS APLICADAS:

- NBR/IEC 62676 Requisitos mínimos para sistemas de vídeo monitoramento para uso em aplicações de segurança
 - 2. ABNT NBR-14565:2013: Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers
 - 3. ANSI/EIA/TIA 568-C Commercial Building Telecommunications Wiring Standard
 - 4. ANSI/EIA/TIA 569-A: Commercial Building Standard for Telecommunications
 - 5. ABNT NBR-5410:2004: Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
 - 6. ABNT NBR-5419:2015: Proteção Contra Descargas Atmosféricas;
 - NR-10 (MTE) Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
 - 8. Toda a execução deverá seguir rigorosamente as normas acima citadas, bem como as normas pertinentes a cada parte da execução, mesmo quando não citado em projeto. As recomendações aqui apresentadas visam orientar a execução do projeto de telecomunicações no sentido de estabelecer uma instalação funcional e segura. Não implicam, todavia, em qualquer responsabilidade do projetista com relação à qualidade da instalação executada por terceiros e discordância com as



ESTADO DE SÃO PAULO

normas aplicáveis. As plantas e especificações constituem um todo e se complementam, fazendo parte integrante do PROJETO.

7.2. DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS - CFTV (circuito fechado de TV):

7.2.1. O sistema de monitoramento proporcionara de forma automática a integração dos diversos dispositivos instalados (câmeras, servidores, storages e software de gestão de CFTV), através do sistema de Monitoramento e Controle sendo possível registrar os atos através de imagens, de forma a tornar verdadeira e eficiente a detecção e a solução de um evento. Este sistema é disposto das funções de gravar, transmitir imagens, enviando imagens instantaneamente para a central de monitoramento.

12. CFTV:

7.2.1. Serão implantadas <u>72 (setenta e duas)</u> <u>Câmeras IP</u>, no perímetro do prédio e nos pavimentos internos respeitando a distribuição mencionadas em projeto e uma central de monitoramento central de controle.

8. ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA CIRCUITO FECHADO DE TV:

18- <u>68 CAMERAS IP 4MP</u>

19- Especificações Técnicas:

- Sensor de imagem: 1/3" 4 MP Progressive CMOS
- Obturador eletrônico: Automático / Manual (1/3s ~ 1/100000s)
- Relação sinal-ruído: >56 dB
- Sensibilidade: 0.008Lux@F1.6
- Tipo de lente: Fixa
- Distância focal: 2,8 mm
- Abertura máxima: F1.6
- Ângulo de visão Horizontal: Horizontal: 102° 7 x vertical: 55° 7
- Comprimento de onda LED IR 850 nm
- Distância máxima do infravermelho 30 metros



ESTADO DE SÃO PAULO

- DORI: Lente: 2,8 mm / Detectar: 56 m / Observar: 22,4 m / Reconhecer: 11,2 m / Identificar: 5,6 m

Vídeo:

- Detecção de movimento: Até 4 áreas1
- Região de interesse: Até 4 áreas
- Máscara de vídeo: Até 4 áreas
- Análise de vídeo: Linha e cerca virtual
- Formato de vídeo NTSC
- Compressão de vídeo H.265/ H.264/H.264B/MJPEG²
- Compressão de vídeo inteligente Sim (H.265+/H.264+)
- Quantidade de streams 2 streams
- Resoluções: 4M (2668 x 1520) / (2560 x 1440) / 3M (2304 x 1296) / 2M (1920×1080) / 1.3M (1280×960) / 1M (1280×720) / D1(704×480) / VGA (640×480) / CIF (352×240)
- Taxa de frames:
- Stream Principal: 2688 x 1520 (1 a 20 FPS) / 2560 x 1440 (1 a 25 FPS) / 3M/2M/1.3M/1M (1 a 25 FPS) Stream Extra: D1/ VGA/ CIF (1 a 25 FPS)
- Taxa de bits: H.264: 32 kbps a 6144 kbps / H.265: 12 kbps a 6144 kbps / MJPEG: 40 kbps a 6144 kbps
- Modos de vídeo: Automático/ Colorido/ Preto e Branco
- Perfil: Regular/ Perfil Fixo/ Agendamento/ Dia e Noite
- Controle de ganho: Automático/ Manual
- Perfil: Regular/ Perfil Fixo/ Agendamento/ Dia e Noite
- Controle de ganho: Automático/ Manual
- Compensação de luz de fundo: BLC/ WDR (120 dB)/ HLC
- Balanço do branco: Automático/ Natural/ Externo/ Exterior/ Manual/ Personalizado
- Função espelho: Sim
- Rotação de imagem: 0°/ 90°/ 180°/ 270°

Áudio:

- Microfone embutido: Sim
- Compressão: G.711A/ G.711Mu/ AAC/ G.726
- Detecção de áudio: SiM

20- 02 CAMERAS IP 2MP PTZ SD ZOOM OTICO DE 25X STARLIGHT

6 Especificações Técnicas:



ESTADO DE SÃO PAULO

- Sensor de imagem: 1/2.8" 2Megapixel

- Pixel: 2MP

Pixels efetivos: 1920 (H) × 1080 (V)
 Obturador eletrônico: Automático

- Manual: 1/3s ~ 1/30000s

- Iluminação mínima: 0,005 lux/F1.6 (Colorido) / 0,0005 lux/F1.6 (Preto e Branco) / 0 lux (IR ligado)

- Alcance de IR: 150m

- Controle do IR: Prioridade Zoom/ Automático/ Desabilitado/ Manual

LED 4 unidades

Lente:

Distância focal: 5.4 mm – 135 mm
Abertura máxima: F1.6 – F3.5

- Ângulo de visão: H: 58.7° - 3.1° V:33.2°-1.7°

- Zoom óptico: 25x

- Controle do foco: Automático/ Semiautomático/ Manual

Controle da Íris: Automático/ Manual
 Foco dinâmico automático (PFA): Sim

PTZ:

- Alcance do Pan/Tilt: Pan: 0°-360°; Tilt: -15°-+90°; autoflip: 180°

- Controle manual de velocidade: Pan: 0.1°/s-300°/s; Tilt: 0.1°/s-200°/s

- Velocidade do preset Pan: 400°/s; Tilt: 300°/s

- Presets: 300

- Modo PTZ: 5 Patrulhas; 8 Tours; 5 Auto Scan; Auto Pan

Inteligência Artificial Embarcada:

Detecção de face: Sim (com metadados)

- Inteligência perimetral: Linha virtual, cerca virtual (até 10 regras por preset)

Abandono/Retirada de objetos: até 10 regras por preset

- Mapa de Calor: Relatório de até 1 semana

Autotracking (rastreio automático): Sim

- Detecção de Movimento Inteligente (SMD): Sim (pessoas/carros)

Análise inteligente de Vídeo:

- Detecção de movimento: Até 4 áreas

- Área de interesse: Até 8 áreas

- Máscara de privacidade: Sim (24 áreas, até 8 na mesma cena)

- Mudança de cena: Sim



ESTADO DE SÃO PAULO

Vídeo:

- Quantidade de streams: 3
- Compressão de vídeo: H.264/ H.264B/ H.264H/ H.265/ MJPEG¹
- Compressão Inteligente: Sim
- Resolução de imagem: 2MP (1920x1080) 16:9 / 1.3MP (1280x960) 4:3 / 1MP (1280x720) 16:9 / D1 (704x480) 22:15 / CIF (352x240) 22:15
- Taxa de frames: Stream Principal: 2MP/1.3MP/ 1MP (1~60 fps) / Stream Extra 1: D1/CIF (1~30 fps) / Stream Extra 2: 2MP/1.3MP/ 1MP (1~30 fps)
- Tipo de Taxa de Bit: Constante / Variável
- Taxa de bit: H.264: 3 kbps a 20480 kbps / H.265: 3 kbps a 20480 kbps / MJPEG: 3 kbps a 20480 Kbps
- Dia / Noite: Automático (ICR) / Colorido/ Preto e Branco
- Compensação de luz de fundo: BLC, HLC, WDR (120dB)
- Balanço de Branco: Automático / Interno / Extetior/ ATW/ Manual/ Lâmpada Sódio / Natural/ Externo automático
- Controle de Ganho (AGC): Automático / Manual
- Redução de ruído: 2D/ 3D
- Estabilização de imagem: Sim
- Defog: Sim
- Zoom Digital: 16x
- Rotação de imagem 180°

Áudio:

- Compressão: PCM; G.711a; G.711Mu; G.726; AAC; MPEG2-Layer2; G722.1; G729; G723
- Entrada de Áudio: 1 - Saída de Áudio: 1

Rede:

- Interface: RJ45 (10/100BASE-T)
- Throughput Máximo :64 Mbps
- Armazenamento de vídeo: Cartão micro-SD de até 256 GB (vendido separadamente)
- Protocolos e serviços suportados: IPv4; IPv6; HTTP; HTTPS; Qos; FTP; SMTP; UPnP; DNS; DDNS; NTP; RTSP; RTP; TCP; UDP; IGMP; ICMP; DHCP; PPPoE; ARP; SNMP v1/v2c/ v3 (MIB-2); RTCP; RTMP; Bonjour; Onvif; Cloud
- Onvif: Perfil S, T e G
- Serviços DDNS: DDNS No-IP®, DynDNS®
- Método de transmissão: Unicast / Multicast
- Configuração de nível de acesso: Acesso a múltiplos usuários (máximo de 20) com proteção por senha³



ESTADO DE SÃO PAULO

- Navegador: Internet Explorer®4, Google Chrome e Firefox
- Aplicações e monitoramento: Interface Web, SIM Next, IP Utility, ISIC e Defense IA

Características Complementares:

- Ajuste de imagem: Brilho/ Contraste/ Saturação/ Nitidez/ Gama
- Idiomas do menu OSD: Português, Inglês e Espanhol

Conexões:

- Saída de vídeo: Conector RJ 45 Ethernet (8P8C)
- Entrada de Alarme: 2
- Saída de Alarme: 1

Características Elétricas:

- Consumo máximo de potência: 8 W / 20 W (IR ligado)
- Alimentação: DC/AC 24V/3A, Poe Ativo (802.3at)
- Proteção anti-surto: 15 kV (vídeo e alimentação)

Características Mecânicas:

- Dimensões (A x Ø): 332 mm × 190 mm
- Peso: 8 kg
- Cor do case: Branco
- Tipo case/material: Metal (gabinete) e plástico (proteção interna)
- Grau de proteção: IP67 e IK10
- Local de instalação: Interno e externo

Características Ambientais:

- Temperatura de armazenamento: 40 °C a 70 °C
- Umidade relativa de operação: < 95 % RH

21- 02 CAMERAS PANORAMICAS 360° IP - 2MP- BULLET

Especificação Técnica:

- 6.1 Câmera IP Mini Panorâmica;
- 6.2 Câmera Multissensorial com 4 sensores 2MP;
- **6.3** Speed Dome de 5x de zoom;
- 6.4 Especificações técnicas. Câmera panorâmica;



ESTADO DE SÃO PAULO

* As câmeras	"Dome e	Bullet" o local	recomendado	para instalação.	Bullets em ambientes
externos	е	Dome	em	ambien	tes internos

- **22-** 02 servidores principais (gravação e visualização) intel core i7 4790 4 ghz hardware 16 Gb ram hd sata velocidade 3.0 gb/s7200 rpm- placa de rede 10/100/1000 windows 10 professional ou windows server 2019 111 tb de armazenamento 64 bits disco ssd
- 23- Link dedicado 356 mbps
- **24-** Estação de monitoramento 8 gb ram placa de video de 2 gb ram dedicada placa de rede 10/100/1000 windows 10 professional 64 bit
- 25- 03 switch gigabit 24 portas poe capacidade 7.2gbps modelo: sf
- **26-** Software para gestão e monitoramento de imagens

9. ESPECIFICAÇÃO TECNICA:

- c) Sistema de gerenciamento e monitoramento de imagens (CMS / VMS).
- d) Sistema totalmente nacional, desenvolvido no Brasil.
- e) Arquitetura Cliente / Servidor, Servidor / Servidor em ilimitados níveis de comunicação e Multitarefa, oferecendo total escalabilidade.
- f) Ilimitados servidores, câmeras IP, vídeo servers, DVRs e dispositivos de automação podem ser conectados simultaneamente.
- g) Suporte a ilimitadas câmeras e placas de I/O por servidor.
- h) Possui arquitetura de servidores descentralizada, sendo que o mesmo servidor pode ser também um cliente de monitoramento, com ilimitados níveis de conexão e ilimitados servidores nesta arquitetura. Qualquer dispositivo (câmera, módulo I/O, DVR, etc) pode ser monitorado de qualquer um dos servidores que estejam conectados ao sistema.



ESTADO DE SÃO PAULO

i)	Possibilita trabalhar com câmeras Ip´s e analógicas simultaneamente desde que estejam conectadas à rede TCP/IP diretamente ou através de um Vídeo Server, DVR ou Placa de Captura.
j)	Suporta servidores de DNS.
k)	Possui sistema próprio de DNS, sem a necessidade de aplicativos externos (redirecionamento de IPs).
1)	Permite trabalhar com dois ou mais processadores dividindo as tarefas do software para aumento do desempenho.
m)	Compatível com todos os processadores que suportem Windows (Intel, AMD, etc.).
n)	Suporta diversos modelos de câmeras IP, servidores de vídeo, DVRs e placas de captura.
0)	Permite acesso remoto, sem limite de conexões por servidor.
p)	Permite visualização de câmeras de diversos servidores na mesma tela.
q)	Permite utilizar qualquer resolução de imagem, caso a câmera suporte (Desde resoluções mínimas, como 160x120, até resoluções maiores que 10 MPixels).
r)	Possui sistema de Multi Streaming, que permite o monitoramento ao vivo com configurações diferenciadas da gravação, transmissão e visualização.
s)	Possui sistema de Filtros de Ips.
t)	Permite o armazenamento e transmissão das imagens nos formatos MJPEG, MPEG4 e H.264
u)	Permite operações simultâneas como gravação, reprodução e exportação de vídeo, configuração do

vidor e diversas outras tarefas.

sistema, monitoramento ao vivo, consulta de eventos, pesquisa de imagens, monitoramento do ser-



ESTADO DE SÃO PAULO

- v) Suporta gravação contínua, programada, por detecção de movimento permitindo que diversas áreas sejam definidas e por eventos. Possui recursos para especificar o período de armazenamento, resolução e numero de fps por câmera.
- w) Possui sistema de gerenciamento avançado e automático de disco, com sistemas de cotas de disco para gerenciamento automático. Possui sistema de arquivamento de gravações (Para armazenamento externo), possibilitando a gravação das imagens em servidores de arquivo, via rede sem limite de gravações por dia, sendo que o limite máximo de câmeras deve ser de acordo com a capacidade de disco e de processamento do servidor.
- x) Possui licença grátis para 1 câmera ou de 30 dias para demonstrações.
- y) Possibilidade de escolher múltiplos streams do dispositivo, podendo-se escolher qual stream irá gravar, quais irá transmitir e qual irá visualizar.
- z) Possui compatibilidade com o protocolo ONViF das cameras IP, com funções de vídeo ao vivo, controle de ptz, multi-stream e detecção de movimento remota implementadas neste protocolo.
- aa) Possui compatibilidade com o protocolo RTSP de cameras IP e DVRs (streaming de video).
- bb) Permite conexão de ilimitados clientes de monitoramento a um servidor, sem necessidade de licenças adicionais de conexão para estes clientes.
- cc) Possui Gerenciador de Licenças, permitindo uma rápida visualização das licenças instaladas no servidor;
- dd) Possui sistema de administração de licenças web, permitindo que o usuário consulte e renove suas licenças; Licenças comercializadas em forma de tickets, somente são validadas após a instalação. (permitindo com isto um estoque de licenças).
- ee) Possui assistente de instalação intuitivo em português.



ESTADO DE SÃO PAULO

ff) Sistema de rápida instalação, realizada em um único procedimento.	
gg) Compatível com plataformas de virtualização de servidores (Microsoft Virtual Server, Xen Ser VMware, etc.).	ver,
hh) Possibilidade de instalação do sistema como serviço do Windows	
ii) Interfaces totalmente flexíveis e personalizáveis, layouts customizáveis.	
jj) Interface intuitiva, baseada em janelas	
kk) Interface customizável, permitindo a criação e a gravação de ilimitados workspaces (áreas de tra lho).	ıba.
ll) Janelas redimensionáveis, para melhor adaptação ao monitor.	
mm) Visualização instantanea das janelas em execução no sistema	
nn) Visualização de todos os servidores cadastrados através de árvores de visualização, permitind expansão de todos os recursos de determinado servidor.	lo a
oo) Permite com que em caso de falha do servidor principal, um segundo servidor assuma os contro e todas as configurações do servidor principal. (Fail-Over).	oles
pp) Permite a configuração do pano de fundo do sistema independente por monitor	
qq) Suporte a ilimitados monitores por estação de trabalho. Possui sistema de conexão inversa, per tindo que a estação se conecte à central e vice-versa	rmi-
rr) Compatível com servidores de horário NTP, suportando o gerenciamento de fuso horário entre se dores, estações e dispositivos.	ervi-



ccc)

ddd)

CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

ss) Atalho para o painel de controle do windows, permitindo a execução em sistemas com Windows Embedded. tt) Ajuda (help) do sistema interativo on-line em português (brasileiro). Sistema live update, possibilitando a atualização automática do sistema a cada nova versão. uu) Atualizações de versões gratuitas (na mesma faixa numérica). vv) Compatível com os sistemas operacionais Windows 7, Windows 8, Windows Server 2003, Windows Server 2008 e Windows XP. ww) GRAVAÇÃO: xx) Poderoso sistema de arquivos de gravação, evitando inconsistência e perda de dados. yy) Sistema de gerenciamento de gravações com reciclagem automática das imagens gravadas localmente ou em servidores da rede. zz) Suporta gravação contínua (ininterrupta), programada, por detecção de movimento e por eventos. aaa) Suporte gravação por eventos de sistemas integrados (Ex.: Sistemas de Monitoramento de Alarmes). bbb) Suporta gravação por detecção em um stream secundário, permitindo gravar imagens em resoluções megapixel com o processamento de uma imagem de menor resolução, ou seja, pode-se utilizar um stream de menor qualidade para diminuição de processamento.

ras deve ser de acordo com a capacidade de disco e de processamento do servidor.

Suporta velocidade de gravação e visualização ao vivo de até 30 FPS por câmera.

Suporta a gravação de ilimitadas câmeras por servidor, sendo que o limite máximo de câme-



ESTADO DE SÃO PAULO

eee)	Possui agendamento de transmissão e gravação por data e hora.
	i suporte a detecção de movimento remota, recebendo os eventos das Câmeras IP, Video es e DVRs que possuem esse recurso.
ggg)	Possui buffer de pré e pós alarme para até 60 segundos de vídeo.
basea O sist admin	Possui sistema de gerenciamento avançado e automático de disco, onde o sistema aloca aticamente a quantidade de espaço em disco necessário para a gravação de cada câmera, ndo-se em uma especificação de número de dias que o usuário deseja manter as gravações. ema de gerenciamento de disco também oferece um sistema de cotas de disco, sendo que o istrador poderá limitar uma quantidade de disco que deseja utilizar, compartilhando essa cota odas as câmeras.
iii) Possu	i sistema de gravação que não tem limite de gravações diárias.
jjj) Supor	ta arquivamento de imagens, permitindo salvar imagens (snapshots) para posterior consulta.
kkk)	Possibilidade de envio de imagens gravadas (snapshots) para servidor de FTP.
III) Permi	e a gravação de uma mesma câmera em dois ou mais servidores de gravação simultanea-
mmm)	Suporte a gravação em unidades de rede (storages).
nnn)	Suporta gravação de áudio dos dispositivos compatíveis.

ooo) CONTROLE DE USUÁRIO:

ppp) Permite a habilitação e desabilitação de contas de usuários.



ESTADO DE SÃO PAULO

999)	Suporte a ilimitadas contas de usuario.
rrr) Suporte (AD).	e a inclusão de usuários (autenticação) através do Microsoft Active Directory do Windows
sss)	Suporte a login por autenticação Biométrica.
ttt) Suporte	e a login manual.
uuu)	Permite escolher o usuário de auto-login no sistema e no acesso Web
vvv) po de ι	Possui rígido controle de direitos e senhas diferenciadas para cada usuário ou para um grusuários.
www) todos o	Possui grupos de usuários que permite atribuir as mesmas configurações de permissão para es usuários pertencentes a esse grupo.
xxx)	Permite atribuir permissão no uso de cameras PTZ.
yyy) os botő	Possibilidade de bloqueio da estação de trabalho, desabilitando o funcionamento de todos ses. Retorno somente mediante senha ou biometria.
zzz)	Possibilidade de troca de usuário sem necessidade de se reiniciar o sistema.
aaaa)	Permite transmissão de vídeo e áudio para múltiplos usuários separadamente;
bbbb) qualque	Permite a concessão de permissão para grupos de usuários e/ou usuários para acessar er elemento no sistema (locais, câmeras, monitores, sensores, relés, etc.).
cccc)	Permite que os usuários modifiquem suas próprias senhas (caso tenham permissão)



ESTADO DE SÃO PAULO

10. Equipamentos auxiliares:

- a) Patch Cord CAT6: Quantidade: 03 pçs
- **b)** <u>Cabo flexível de cobre nu multifilar</u> montado e testado em fábrica com RJ45 em ambas as extremidades CAT 6. <u>Comprimento: 7,0 m.</u>

c) Nobreak (online) 2KVA com capacidade para 4(quatro) baterias estacionárias:

- n) Nobreak de 2KVA, com tensão de entrada 220V, tensão de saída 110V;
- o) Capacidade de expansão para 4(quatro) baterias estacionárias c-20 45Ah.
- p) Topologia Online dupla conversão, senoidal;
- q) Monofásico;
- r) Tela LCD com tecla de rolagem para leitura das principais grandezas e eventos; -Checagem instantânea das condições de operação do inversor e das baterias antes de alimentar a carga;
- s) Controle automático de ventilação de acordo com a potência consumida (AUTO FAN);
- t) Partida pelas baterias sem rede da concessionária presente (função Cold Start); -Circuito EPO (Emergency Power Off) possibilitando desligamento instantâneo do sistema em caso de urgência.
- u) Modo ECO disponível para aumento da eficiência e redução no consumo de energia;
- v) Quantidade: 01 pç.

11. CERTIFICAÇÃO E TESTES DOS PONTOS DO CABEAMENTO ESTRUTURADO:

- e) No final dos trabalhos deverá ser feita certificação de toda rede de cabeamento estruturado, apresentando-se um relatório em arquivo eletrônico digitalizado.
- f) Todos os pontos do Cabeamento Estruturado deverão ser testados e certificados com aparelho de medição específico para cabos de categoria 6.



ESTADO DE SÃO PAULO

g) Deverão constar no relatório, no mínimo, os seguintes dados: comprimento, resistência, impedância e atenuação dos cabos testados.

12. INFRAESTRUTURA:

- a) As derivações para os trechos internos e acima do solo, serão realizadas por meio de eletrocalhas ou eletrodutos de Aço galvanizado à fogo com costura, com diâmetro nominal de 1" e 2" que deverão ser fixados a cada 1m linear mediante a utilização de braçadeira tipo D com cunha cônica, quando localizados nas paredes e por meio de abraçadeira união horizontal quando fixados na laje ou estruturas metálicas da cobertura.
- b) Infraestrutura de tubulações:
- c) Tubos enterrados /envelopados:
 - 19.2 Os trechos em fibra ótica, serão instalados em tubos flexíveis de 2 e 3 polegadas (corrugados de PEAD). Deverão ficar, no mínimo a 0,80 m de profundidade, se houver tráfego e 0,60 m de profundidade, envelopados e enterrados em valas conforme as dimensões indicadas no desenho em Anexo.
 - 19.3 As emendas de dutos PEAD devem ser feitas através de conexões rosqueáveis ou por encaixe através de luva de mesmo material, sendo que após suas aplicações devem ser vedadas com fita de vedação ou mastic e protegidas através de enfaixamento com filme de PVC. Antes das emendas serem executadas, as conexões devem ser rosqueadas ou encaixadas totalmente para um dos lados e os fios guias internos aos dutos devem ser muito bem emendado. Esta emenda deve ser revestidas com fita isolante. Deve ser instalada uma fita de advertência, de polietileno de baixa densidade, acima de todos os bancos de dutos. Esta fita deve ser instalada cerca de 30 cm abaixo da superfície sobre os dutos, conforme projeto. A fita de advertência deve ser fornecida pelo fabricante dos dutos.
- d) Caixas de Inspeção:
 - **19.4** As caixas de passagem podem ser construídas em alvenaria ou pré-moldadas em concreto armado, conforme dimensões definidas em planta. Estas caixas de



ESTADO DE SÃO PAULO

passagem devem possuir tampas em chapa xadrez ou de concreto armado. As tampas de chapa xadrez devem se apoiar sobre uma guarnição de cantoneira de aço galvanizado, rigidamente fixada na caixa. As tampas de concreto deverão ser executadas para resistir aos esforços locais da instalação, conforme detalhamento No projeto. Na entrada e saída de eletrodutos das caixas de passagem ou paredes de câmaras subterrâneas, deverão ser construídas embocaduras de arremate destes dutos. Deverá ser prevista abertura na parede de concreto de maneira a permitir a instalação do número de dutos solicitado no projeto, bem como, do espaçamento mínimo entre eixos dos dutos. A concretagem de chegada ou saída da linha de dutos deverá ser feita utilizandose formas laterais, de maneira a garantir o adensamento do concreto junto à parede. Este concreto deverá conter aditivo impermeabilizante. Na chegada dos dutos junto às paredes de concreto, os mesmos deverão ser travados por meio de gabaritos espaçados de 1 m, de maneira a permitir sua concretagem sem o deslocamento dos mesmos. Não é permitida a emenda dos tubos nos primeiros 3 m (três metros), junto à embocadura. Para instalação dos dutos, os mesmos deverão ser encaixados em uma forma de madeira com a furação adequada ao diâmetro e ao número de dutos previstos, fixada rente a parte interna da caixa ou parede da câmara, permitindo o alinhamento uniforme e espaçamento mínimo. A forma somente poderá ser removida após três dias de cura. Após remoção desta forma, deverá ser feito o recorte do excedente de duto rente a parede de concreto. Nas embocaduras deverão ser utilizados tampões rosqueáveis para os dutos livres e, terminais rosqueáveis para os dutos que serão ocupados imediatamente, permanecendo estes como acabamento final da embocadura dos dutos disposição em projeto.

- e) Trechos nas paredes, lajes ou sob o forro:
 - 19.5 As derivações para os trechos internos e acima do solo, serão realizadas por meio de eletroduto de Aço galvanizado à fogo com costura, com diâmetro nominal de 1" e 1.1/2" que deverão ser fixados a cada 1m linear mediante a



ESTADO DE SÃO PAULO

utilização de braçadeira tipo D com cunha cônica, quando localizados nas paredes e por meio de abraçadeira união horizontal quando fixados na laje ou estruturas metálicas da cobertura.

- f) Postes c/suportes para câmeras externas:
 - 19.6 Normas: NBR 14744 / NBR 6323:
 - 19.7 Tipo octagonal flangeado para CFTV;
 - 19.8 Altura / diâmetro base / diâmetro topo = 5m / 150mm / 80mm;
 - **19.9** Chapa da Base = $LxPxH = 280 \times 280 \times \frac{1}{2}$ " 4 Furos DN=17mm;
 - 19.10 Chumbador tipo bengala: DN1 x L = 3/8" x 600mm;
 - 19.11 Bloco de fundação de concreto (fck 20) = A x B x C = 40x40x80cm.
 - **19.12** Suporte para Instalação de 02 Câmeras fixas;
 - **19.13** Quantidade: 21 pç.

g) Aterramento:

- **19.14** Deverão ser aterradas todas as carcaças metálicas: rack, eletrocalhas, caixas e etc;
- 19.15 A rede deverá ser ESTABILIZADA junto ao Rack com Estabilizador de Rede e Nobreak (VER PROJ. CABEAM. ESTRUTURADO (VER ANSI/TIA-607B);
- **19.16** Os postes deverão ser aterrados, junto a malha de aterramento (Ver Projetos SPDA e Elétrico).

13. COMPATIBILIZAÇÃO DE TODOS OS PROJETOS:

13.1. Os projetos deverão ser analisados e compatibilizados, determinando, quando necessário, as alterações em cada um dos projetos a fim de evitar conflitos entre eles;

14. GENERALIDADES:



ESTADO DE SÃO PAULO

- **14.1.** As especificações destinam-se à contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de Monitoramento Eletrônico (Alarme eletrônico), circuito fechado de Televisão CFTV, (monitoramento com transmissão baseada no protocolo IP), serviços de monitoramento de sistema de alarme 24 (vinte e quatro) horas, com instalação nas dependências do Poder Legislativo de Hortolândia, através de modalidade licitatória específica, com recursos provenientes de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Hortolândia.
- **14.2.** A CONTRATADA aceita e concorda que os serviços objeto do presente deverão ser completos em todos os seus detalhes, ainda que determinados itens não sejam especificamente mencionados.
- **14.3.** A CONTRATADA obriga-se a satisfazer todos os requisitos constantes das especificações e atender às normas da ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas.

15. CRONOGRAMA PARA INSTALAÇÃO DOS PRODUTOS:

15.1 Deverão ser entregues os produtos de acordo com o cronograma de entrega abaixo:

Item 1:

PRODUTO	Mês 1	Mês 2	Mês 03 - Mês 12
Serviços Preliminares, rede elétrica e demais para a instalação das Câmeras, Circuito fechado entre outros.	X		
Monitoramento Eletrônico (Alarme eletrônico); Circuito fechado de Televisão – CFTV,		Х	Х



ESTADO DE SÃO PAULO

(monitoramento com transmissão baseada no		
protocolo IP);		
Serviços de monitoramento de sistema de	Х	Х
alarme 24 (vinte e quatro) horas, <i>POR</i>		
COMODATO, com instalação, conforme		
projeto, fornecimento de mão de obra,		
equipamentos, manutenção e assistência		

16. LOCALIZAÇÃO DA OBRA:

- **16.1.** Os serviços contratados serão execução no prédio da Câmara Municipal de Hortolândia, situado a Rua Joseph Paul Julien Burlandy, 250 Parque Gabriel, Hortolândia-SP.
- **16.2** A Contratada através de profissional responsável pela execução do projeto poderá realizar visita *in loco*, para levantamento das instalações existentes, análise prévia das instalações civis e elétricas da Câmara Municipal de Hortolândia, entre outros quando necessário.
- **16.3.** A edificação apresenta as seguintes características:
- **16.3.1** Total de Construção: 6.137,59 m2, sendo composta de 03 pavimentos:
- a) construção pavimento inferior 1.496,34 m2
- b) construção pavimento térreo 3.239,11 m2
- c) construção pavimento superior 1.402,14 m2



ESTADO DE SÃO PAULO

16.3.2 Terreno 33.642, 47 m2

a) área livre: 30.186, 12 m2

b) área ocupada 3.456,35 m2

c) área de talude 3.300 m2

17. PRAZO:

17.1. Este contrato terá início a partir da sua assinatura e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666/93.

17.2. Após 12 (doze) meses da contratação os preços poderão ser reajustados conforme índice IPCA/IBGE.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Será permitida a subcontratação para a realização dos DE ATÉ 50% dos serviços, contudo a responsabilidade técnica sobre tais serviços será única e exclusivamente da CONTRATADA.

19. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

DA CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL

19.1 Certidão de registro ou inscrição junto ao CREA OU CAU da proponente ou responsável técnico, dentro do prazo de validade. Para o fim de comprovar o(s) registro(s) do(s) responsável(eis) técnico(s), também será aceita certidão de registro ou inscrição de empresa onde conste(m) o(s) nome(s) do(s) responsável(eis) técnico(s).



ESTADO DE SÃO PAULO

- **19.1.1** A qualificação referida no item acima, deverá ser emitida em nome do profissional ou profissionais da execução dos serviços, na condição de responsável técnico, diretor ou sócio, na data da abertura da presente licitação conforme exigência do edital.
- **19.1.2.** Certidão (ões) de Acervo Técnico (CAT), e seus anexos, expedida (s) pelo CREA OU CAU, do(s) profissional (is), de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor (es) de atestado (s) de responsabilidade técnica, comprovando a execução de obras e/ou serviços de características semelhantes ou similares de complexidade tecnológica e equivalentes ou superiores conforme Súmula nº 23 Tribunal de Contas do Estado de S. Paulo:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE
Alcance de proteção com cabo SINC	10 M²
Câmeras IP	10 UN
CÂMERAS PANORÂMICAS 360° IP - 2MP-BULLET	1 UN
Sensores de presença: IVA 7100 DUAL QUAD	1 UN

- **19.1.3** A Certidão de Acervo Técnico CAT deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do(s) profissional (is), sendo que somente serão aceitas as constantes do artigo 1º da Resolução nº 218 do CONFEA.
- **19.1.4** O(s) profissional(is) detentor(es) da CAT, deverá(ão) ter vínculo com a Licitante na data da apresentação da proposta. A comprovação de vínculo do(s) profissional(is) detentor(es) da CAT pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.



ESTADO DE SÃO PAULO

- **19.1.5** No caso de substituição do responsável técnico, a empresa deverá comunicar imediatamente a Câmara Municipal de Hortolândia, permanecendo o responsável técnico anterior responsável até que seja efetivada a substituição.
- **19.1.6** A comprovação do vínculo profissional pode se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, anotações da CTPS Carteira de Trabalho e Previdência Social, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços e/ou da declaração de acompanhamento profissional conforme modelo previsto no edital (Súmula nº 25 Tribunal de Contas do Estado de S. Paulo). No caso de sócio(s), deverá o licitante apresentar cópia do contrato social atualizado.
- **19.1.7** No caso de necessidade de posterior substituição do responsável técnico, deverá ser efetuada a baixa da ART original e a emissão de nova ART em nome do substituto.
- **19.1.8.** O pagamento da ART é de responsabilidade da Contratada, devendo o seu valor estar incluso no valor contratado.
- **19.1.9.** A empresa contratada deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica ART dos serviços.

19.2. CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Item 1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE
Alcance de proteção com cabo SINC	M²	50,00
Câmeras IP	UN	36
Câmeras panorâmecas 360° IP - 2MP- BULLET	UN	02



ESTADO DE SÃO PAULO

19.2.1. Entende-se por pertinentes e compatíveis o(s) atestado(s) que comprove(m) capacidade de fornecimento de 50% (cinquenta por cento) ou mais do objeto que a licitante pretende fornecer - contrato com objeto compatível com objeto desta licitação, em características, quantidades e prazos – respeitando o limite/percentual estatuído na Súmula 24 do E.TCE/SP.

19.2.2. Será admitido o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para a comprovação da capacidade técnica do licitante.

19.2.3. Os atestados solicitados neste Capítulo deverão ser emitidos em papel timbrado da empresa ou órgão contratante, com identificação clara do signatário, inclusive com a indicação do cargo que ocupa.

19.2.4. Os Atestados exigidos somente serão aceitos se atendidos às formalidades expressas nos §§ 1º e 3º do artigo 30 da Lei Federal 8.666/93;

19.2.5. Certidão de Registro da empresa ou do(s) responsável(is) técnico(s), item 19.1, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU conforme legislação aplicável. Para a empresa vencedora do certame, sediada em outro Estado da Federação, exigir-se-á o visto do CREA-SP, como condição de assinatura do contrato.

19.3. No mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, demonstrando capacidade de gerenciamento concomitante de 03 (três) postos de serviço.



ESTADO DE SÃO PAULO

19.3.1. Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitados, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de contratos, notas fiscais, dentre outros documentos.

19.3.2. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

19.4. EQUIPE TÉCNICA, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

19.4.1. O participante deverá firmar declaração de que disporá, na data da contratação, de equipe técnica especializada e disponível, bem como máquinas e/ou equipamentos necessários para execução do objeto licitado conforme modelo previsto no Edital licitatório.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- **20.1.** Executar os serviços dentro do prazo estabelecido;
- **20.2.** Responsabilizar-se pela emissão, pagamento e demais procedimentos em relação ao CREA (ART);
- **20.3.** Empregar todo zelo e diligência no desempenho dos serviços ora contratados, responsabilizando-se pela boa execução dos mesmos dentro dos prazos previstos, com estreita colaboração com a Contratante e de acordo com as melhores técnicas Profissionais;
- **20.4.** Respeitar e fazer que respeitem todas as normas e regulamento vigentes;
- **20.5.** Cumprir fielmente as especificações, prazos e condições contidas no Projeto Básico e Memorial Descritivo, quando da execução do projeto executivo;



ESTADO DE SÃO PAULO

20.6. Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições de trabalho e de fatores que possam afetá-lo, inclusive as que porventura não constem deste Termo de Referência, não sendo considerada pelo Contratante qualquer argumentação posterior de desconhecimento destas condições;

20.7. Realizar o objeto desta contratação dentro da melhor técnica, obedecendo fielmente às normas técnicas necessárias para elaboração do projeto, relacionadas ao objeto contratado;

20.8. Atender às solicitações de acertos / correções / adequações dos técnicos do Contratante com a máxima presteza;

20.9. Promover ajustes em todos os serviços necessários, desde que sejam para atender legislação vigente, princípio de economicidade e/ou princípios técnicos mais viáveis;

20.10. Atender às solicitações de realizar esclarecimentos e ajustes que se façam necessários, desde que notoriamente se apresentem como falha de projeto;

20.11. Fornecer à fiscalização do Contratante três (03) cópias das ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), relativas à elaboração dos projetos contratados, recolhidas pelo Engenheiro responsável, com base no valor global do contrato, devidamente quitadas e assinadas;

20.12. Arcar com todas as despesas e tributos relacionados com o objeto da contratação;

20.13. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação;

20.14. Responsabilizar-se pelos custos com medições ou testes realizados nas instalações existentes, caso necessário;



ESTADO DE SÃO PAULO

20.15. Assegurar o cumprimento de todas as obrigações inerentes à execução do objeto ora

contratado, ainda que não previstos neste instrumento;

20.16. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que venha a causar a terceiros ou à

própria Administração, por dolo ou culpa, decorrente da execução dos serviços contratados;

20.17. Zelar pela disciplina nos locais dos serviços, retirando qualquer funcionário considera-

do como de conduta inconveniente pela Comissão de Fiscalização.

20.18. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-o através de crachás e provendo-os

dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's e de Equipamentos de Proteção Coletiva

(EPC).

20.19. Responsabilizar-se pela guarda dos materiais e dos equipamentos utilizados durante

a execução dos serviços. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de

proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica.

20.20. Identificar todos os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, de

forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE.

20.21. Apresentar à Comissão de Fiscalização, quando solicitado, comprovantes de

pagamento de salários, quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas

aos seus empregados que foram alocados à prestação dos serviços deste Contrato.

20.22. Responder e responsabilizar-se pela prevenção de acidentes e pela segurança de

suas atividades e de seus funcionários quando na realização dos serviços, fazendo com que

eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança

consoante legislação em vigor, bem como tomando, ou fazendo com que sejam tomadas as

medidas corretivas necessárias.



ESTADO DE SÃO PAULO

- 20.23. Fornecer toda mão de obra e materiais necessária para desempenho dos serviços.
- **20.24.** Cumprir os termos do presente Termo de referência, Memorial Descritivo e do Edital e seus anexos, na estrita observância da legislação pertinente em vigor.
- 20.25. Refazer os serviços considerados inadequados pela Comissão de Fiscalização.
- **20.26.** Fazer a protocolização de pedido junto à municipalidade para emissão de alvarás, certificados, licenças ou autorizações necessárias para a execução dos serviços, incluindo o recolhimento de taxas para emissão dessas autorizações.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- **21.1.** Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
- **21.2.** Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas durante a execução dos trabalhos;
- **21.3.** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão da entrega.
- **21.4.** Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao cumprimento do Contrato;
- **21.5.** Garantir o acesso dos profissionais responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos à edificação;
- **21.6.** Designar servidores para fiscalizar e acompanhar os serviços constantes do objeto contratual:



ESTADO DE SÃO PAULO

- 21.7. Rejeitar todo e qualquer serviço executado fora das especificações técnicas;
- **21.8.** Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido no contrato.

22. PROPOSTA DE PREÇO:

- **22.1.** A proposta deverá apresentar o PREÇO GLOBAL para o cumprimento efetivo dos produtos e serviços previstos no TERMO de REFERÊNCIA dentro dos prazos e etapas definidas.
- **22.2.** Na proposta deverão constar todos os dados da licitante e todos os dados necessários e suficientes à caracterização do objeto proposto no certame.
- **22.3.** Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA todos os custos referentes a seguros, encargos sociais e tributos incidentes sobre a remuneração bem como despesas com deslocamentos, hospedagem e alimentação relacionadas à execução dos serviços.
- 22.4. O julgamento da proposta da licitação será tipo MENOR PREÇO GLOBAL.
- **22.5.** A proposta deverá conter a descrição detalhada dos serviços, valor global/total, devendo os valores ser em moeda corrente nacional, conforme modelo constante no Edital de Licitação, e neles estando inclusas além do lucro todas e quaisquer despesas, tais como, transportes, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos de quaisquer naturezas, taxas e impostos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas, relacionadas com os serviços objeto da presente licitação.
- **22.6.** Para melhor elaboração de suas propostas, as empresas deverão analisar todas as exigências, sendo recomendado uma visita ou vistoria aos locais de execução dos serviços, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de



ESTADO DE SÃO PAULO

modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

23. DA VISITA TÉCNICA:

23.1. A visita técnica, é recomendável, para o levantamento correto de todas as áreas, em razão da extensão do Prédio e diversos ambientes, sendo imprescindível que a empresa tenha conhecimento e avalie todos os aspectos e as condições locais, avaliando a quantidade e a natureza dos trabalhos, os materiais e equipamentos necessários à execução do objeto da licitação, permitindo aos interessados colherem as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente.

23.2. Poderá ser feitas tantas visitas técnicas quantas cada interessado considerar necessário. As visitas podem ser previamente agendadas pelo telefone 3897-9900 ramais 316 (3112-3318) Sr. Anderson Campoi e poderão ser realizadas até o dia útil imediatamente anterior à sessão pública.

23.3. Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta.

23.4. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que serão executados os serviços objeto da contratação.

24. DA GARANTIA DO CONTRATO:



ESTADO DE SÃO PAULO

24.1. Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da contratação, a adjudicatária deverá prestar garantia de execução correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor da

contratação.

24.1.1. A não prestação da garantia de execução equivale à recusa injustificada para a

assinatura do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, nos

termos do Edital, e sujeitando a adjudicatária às sanções previstas neste Edital e demais

normas pertinentes.

24.1.2. Se o valor global da proposta da adjudicatária for inferior a 80% (oitenta por cento)

do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do § 1º do artigo 48 da Lei Federal n°

8.666/1993, será exigida a prestação de garantia adicional correspondente à diferença entre

o menor valor calculado com base no citado dispositivo legal e o valor da correspondente

proposta.

24.2. Modalidades. A adjudicatária poderá optar por uma das seguintes modalidades de

garantia:

24.2.1. Dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário

em favor da Unidade Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção

monetária do valor depositado.

24.2.2. Títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos

sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de

custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores

econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

24.2.3. Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar

a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.



ESTADO DE SÃO PAULO

24.2.4. Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, a adjudicatária poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o segurogarantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos.

24.3. Cobertura. A garantia de execução assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

24.3.1. Prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

24.3.2. Prejuízos diretos causados à Unidade contratante decorrentes de culpa ou dolo da contratada durante a execução do objeto do contrato;

24.3.3. Multas, moratórias e compensatórias, aplicadas pela Unidade Contratante à contratada na forma do Edital; e

24.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao contrato não adimplidas pela contratada, quando couber.

24.4. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

24.4.1. Caso fortuito ou força maior;

24.4.2. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente à Unidade Contratante;

24.4.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.



ESTADO DE SÃO PAULO

24.5. Validade da garantia. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de três meses após o término da vigência contratual. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado pela Unidade Contratante após expirada a vigência do contrato ou a validade da garantia;

24.6. Readequação. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação dos prazos de execução, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a contratada deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Unidade Contratante para fazê-lo.

24.7. Extinção. Decorrido o prazo de validade da garantia, e desde que constatado o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, esta será considerada extinta com a devolução da apólice, da carta fiança ou com a autorização concedida pela Unidade Contratante para que a contratada realize o levantamento do depósito em dinheiro.

25. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA:

25.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da Proposta;

25.1.1. Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a" deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.



ESTADO DE SÃO PAULO

25.1.2. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

25.2. Comprovar que possui capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

26. GERÊNCIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO:

26.1. A Contratada será responsável pelo fornecimento aos seus funcionários de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente. Esses equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e documentação que comprove sua validade (CA - Certificado de Aprovação), de modo a garantir total segurança ao usuário, bem como às pessoas ao redor.

26.1.1. Consideram-se EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S) E COLETIVA (EPC) os exigidos pelos órgãos governamentais de Segurança e Medicina do Trabalho, para execução dos serviços tais como: capacetes, botas, luvas de borracha, cinto de segurança, óculos, máscaras, protetores auriculares e capas plásticas.

26.2. A Contratada responderá e responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como tomando ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

26.3. A Contratada deverá seguir todas as normas de segurança do trabalho aplicáveis à execução dos serviços.



ESTADO DE SÃO PAULO

26.4. Nas etapas de execução dos serviços em altura, deverá haver acompanhamento dos trabalhos por técnico de segurança, responsabilidade essa formalizada pela emissão de Anotação de responsabilidade Técnica (ART) do profissional em destaque, com a menção

do código de atividade correlata à segurança de trabalho.

26.5. A Contratada deverá manter atualizada, durante toda a execução do contrato, o rol de funcionários (responsável técnico residente e colaboradores com a respectiva indicação de função/atividade) com o respectivo RG, documentação trabalhista e previdenciária; se obrigando a enviar a citada documentação para Comissão de Fiscalização, no mínimo, 48 horas

antes da apresentação do funcionário ao serviço.

27. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES:

27.1. A Contratada deverá prever, instalar e manter bandejas de proteção, tapumes, galerias de passagem, cercas, barreiras e/ou outra forma de proteção, sinalização e isolamento no passeio público e nas áreas internas do edifício, indicando a terceiros as condições perigosas resultantes dos trabalhos a fim de prevenir danos pessoais ou materiais. Tais elementos

devem atender rigorosamente a legislação e as normas pertinentes e aplicáveis.

27.2. Caberá à Contratada e às suas expensas, incluindo taxas, a protocolização de pedido

junto à municipalidade para emissão de alvarás, licenças ou autorizações necessárias, caso

sejam elas exigidas, para a execução dos serviços, comunicação de execução de reparos

externos em fachadas situadas no alinhamento, comunicação de execução de reparos exter-

nos acima do segundo andar, dentre outros.

27.3. A Contratada também deverá arcar com as providências e com o recolhimento de ta-

xas para emissão dessas autorizações. Assim como se responsabilizar integralmente pelo

cumprimento à legislação municipal.

27.4. Nos serviços de locação de caçambas para remoção de entulho, ou por outro meio, a



ESTADO DE SÃO PAULO

Contratada, além de atender às exigências legais da Municipalidade e ao Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), deverá certificar-se de que os materiais removidos são destinados a locais apropriados e licenciados, sendo essa destinação final sua responsabilidade, devendo apresentar as comprovações que se fizerem necessárias.

28. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- **28.1.** Na execução dos serviços objeto da presente contratação além das disposições constantes no Memorial Descritivo, a CONTRATADA obriga-se observar as seguintes regras.
- **28.2.** Os serviços contratados serão executados no prédio da Câmara Municipal de Hortolândia, situado a Rua Joseph Paul Julien Burlandy, 250 Pq. Gabriel e deverão atender aos requisitos constantes deste Termo de Referência e Memorial Descritivo.
- **28.2.1**. A prestação de serviço será desenvolvida de forma regular, planejada e programada.
- **28.2.2.** Os trabalhos que representem impactos ou risco à operação normal das dependências do Contratante deverão ser previamente programados entre as partes, para horários fora dos turnos normais de expediente.
- **28.2.3.** Os trabalhos realizados, pela Contratada, fora dos horários estipulados ou durante os finais de semana deverão ser autorizados pela Comissão de Fiscalização.
- **28.2.4.** Comunicar e justificar, por escrito, à Comissão de Fiscalização os eventuais impedimentos à realização dos trabalhos especificados.
- **28.3.** A Contratada deverá providenciar, antes do início dos trabalhos, proteção apropriada das esquadrias de alumínio, dos vidros e dos pisos, assim como de mobiliários e equipa-



ESTADO DE SÃO PAULO

mentos de propriedade da Contratante que possam ser afetados pelos serviços. A proteção deve ser contrachoques mecânicos e ataques químicos, causados por respingos de argamassa à base de cimento, selador, textura e tinta.

28.4. Os serviços deverão ser executados por profissionais capacitados de acordo com o respectivo serviço realizado, desenvolvendo as tarefas com conhecimentos técnicos específicos.

28.5. Os sistemas existentes, ou seja, elétrico, de informática, de segurança contra incêndio e de telefonia, deverão estar totalmente operantes durante e até o final dos serviços.

29. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

29.1. O prazo de **garantia dos materiais será de, no mínimo, 12 meses** ou conforme padrão do fabricante, se esta for maior, e dos **serviços será de 24 meses**, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

29.2. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a CONTRATANTE.

29.3. A Contratada aceita e concorda que os serviços deverão ser entregues em todos os seus detalhes, plenamente funcionais, ou seja, serviço posto e operacional. A Contratada não poderá prevalecer-se de qualquer erro, manifesto ou involuntário, eventualmente existente, para eximir-se de suas responsabilidades.

30. NORMAS, MÉTODOS E EQUIPE TÉCNICA:



ESTADO DE SÃO PAULO

30.1. A empresa contratada deverá apresentar à Comissão de Fiscalização Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos serviços.

30.2. Os serviços serão executados dentro das normas técnicas da ABNT, em atendimento

às exigências das concessionárias locais de energia, água, saneamento e telefonia, dentro

das especificações técnicas dos fabricantes dos materiais e em obediência as Normas

Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

30.3. Os serviços a serem realizados e os materiais a serem fornecidos deverão obedecer

às normas reconhecidas, em suas últimas revisões, tais como:

a) Normas de Segurança em Edificações do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

(CREA);

b) Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

c) Normas e Instruções de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, em especial as NR

06, NR 18 e NR 35 do Ministério do Trabalho;

d) Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos Legais emitidos pelas autoridades governa-

mentais, em âmbito Municipal, Estadual e Federal, pertinentes à execução dos serviços ora

contratados:

e) Normas relativas à sustentabilidade das esferas Federal, Estadual e Municipal.

30.4. Testes e ensaios (in loco ou em laboratório), quando necessários, requeridos pelas

normas técnicas ou demandados pela Comissão de Fiscalização, para comprovação de

qualidade, terão os custos arcados pela Contratada.

31. DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO:



ESTADO DE SÃO PAULO

31.1. Será designada Comissão de fiscalização, sendo seus membros indicados pelo Presidente da Câmara Municipal de Hortolândia, para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto e responsabilizar-se pelo atesto da fatura.

31.2. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por Comissão de Fiscalização designada.

31.3. Compete à Comissão de Fiscalização exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendolhe, também realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando avaliação periódica.

31.4. Compete à Comissão de Fiscalização ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de funcionário da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

31.5. A Comissão de Fiscalização poderá examinar as Carteiras Profissionais dos funcionários colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional, bem como toda a documentação apresentada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE.

31.6. A Comissão de Fiscalização poderá solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer material ou equipamento cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades ou às normas vigentes de segurança e de medicina do trabalho.

31.7. A Contratada deverá apresentar à Comissão de Fiscalização, os seguintes documentos:



ESTADO DE SÃO PAULO

a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica

(RRT), com base no valor total do contrato;

b) Nome, formação, nº do CREA e contato do engenheiro/técnico coordenador geral que

será o seu representante imediato e responsável direto pelos serviços e assuntos de ordem

operacional;

c) Rol da equipe técnica (responsável técnico residente e colaboradores com a respectiva

indicação de função/atividade), acompanhado dos documentos relevantes e trabalhistas de

cada um dos citados. Essa listagem deverá ser mantida atualizada e, a cada alteração, os

novos documentos devem ser encaminhados com 48 horas de antecedência à apresentação

do novo colaborador.

31.8. Executado o objeto o recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão da seguinte

forma:

31.8.1. PROVISORIAMENTE: em até 05 (cinco) dias úteis, contados da conclusão das

parcelas dos serviços pela CONTRATADA, conforme planilha de cronograma físico-financei-

ro constante do memorial descritivo, após a realização de teste de conformidade e verifica-

ção das especificações técnicas do Termo de Referência e do Memorial Descritivo, que será

efetivado pela Fiscalização.

31.8.2. DEFINITIVAMENTE: em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisó-

rio, após a realização de teste de conformidade e vistoria, para que seja configurado o rece-

bimento definitivo.

31.9. Executado, o objeto será recebido Provisoriamente, a Comissão de Fiscalização

autorizará a emissão da nota fiscal/fatura pela CONTRATADA, a ser apresentada à

Comissão de Fiscalização no prazo de 3 (três) dias úteis.



ESTADO DE SÃO PAULO

31.10. Se, após o recebimento provisório, for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do recebimento definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.

31.11. Os serviços somente serão considerados executados mediante a aprovação, pela Fiscalização, de todas as etapas, incluídas a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.

31.12. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços, durante o período de garantia.

32. DAS MEDIÇÕES:

32.1. Após o término de cada período, executado os serviços de cada etapa, a CONTRATADA elaborará relatório contendo os quantitativos/valores totais de cada um dos tipos de serviços efetivamente realizados, conforme Cronograma Físico-Financeiro.

32.2. Após a conferência e aprovação dos quantitativos e valores apresentados, a Comissão de Fiscalização comunicará à CONTRATADA o valor aprovado no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento do relatório, e autorizará a emissão da correspondente nota fiscal/fatura.

32.3. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA, em face da CONTRATANTE, e apresentadas no prazo de 3 (três) dias úteis para a Comissão de Fiscalização.

32.4. Constatadas irregularidades no objeto, a Comissão de Fiscalização, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Memorial Descritivo do Edital, determinando sua substituição/correção.



ESTADO DE SÃO PAULO

32.5. As irregularidades deverão ser sanadas pela CONTRATADA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento por ela da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado, exceto quando a irregularidade for justificadamente considerada de caráter grave ou urgente, hipótese em que poderá ser fixado prazo menor.

32.6. Eventuais pedidos de prorrogação de prazo de execução ou para saneamento de irregularidades, desde que devidamente justificados, deverão ser apresentados por escrito à Comissão de Fiscalização e serão apreciados pelo Presidente da Câmara Municipal, que os decidirá.

33. DOS PAGAMENTOS:

33.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará os documentos de cobrança para a Comissão de Fiscalização.

33.2. Os pagamentos serão realizados pela Contratante, mediante a execução do objeto da licitação conforme estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, após o aceite dos serviços prestados, por responsável definido pela Contratante.

33.3. Quando for constatada qualquer irregularidade na nota fiscal/fatura, será imediatamente solicitada à CONTRATADA, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada para a Comissão de Fiscalização no prazo de 2 (dois) dias.

33.4 Após a entrega dos produtos pela CONTRATADA e o aceite da Contratante, que autorizará a emissão da nota fiscal.

33.5. A Contratada deverá encaminhar à fiscalização da Câmara Municipal de Hortolândia, quando for o caso, no prazo de 05 dias, após o fechamento mensal, notas fiscais/faturas, separadamente no e-mail contratos@hortolandia.sp.leg.br, para fins de pagamento.



ESTADO DE SÃO PAULO

34. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

- 34.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA.
- **34.1.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- **34.1.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-enegocios/pt-br/empreendedor;
- **34.1.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- **34.1.4.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- **34.1.5.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,



ESTADO DE SÃO PAULO

respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

34.1.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

34.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

35.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

35.2.1.Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de apresentação da Proposta;

35.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

35.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

35.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título



ESTADO DE SÃO PAULO

VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

35.2.5. PROVA DE INEXISTÊNCIA de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante apresentação de certidão negativa.

35.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

35.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

35.2.7.1 Tratando-se de empresa sediada em São Paulo – apresentar e-CND (Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos e e-CRDA Certidão Negativa de Débitos Inscritos na Dívida Ativa.

35.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

35.2.9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

35.3. Obedecer à Instrução Normativa RFB Nº 2145/2023, as Pessoas Jurídicas que não se sujeitam à retenção apresentem o(s) modelo(s) de Declarações da Instrução Normativa RFB Nº 1234/2012.

36. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:



ESTADO DE SÃO PAULO

36.1. Para cotação de preços, deverão ser considerados todos os materiais, ferramentas, equipamentos, veículos e mão de obra, necessários para a execução completa do serviço, que deverão estar inclusos e diluídos na planilha de serviços no respectivo item, caso não estiverem discriminados separadamente na planilha.

36.1.1. Consideram-se EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS E FERRAMENTAS os necessários para utilização na execução do serviço, tais como: **andaimes, cadeira suspensa, plataforma aérea, escadas, materiais de segurança EPIs (individuais e coletivos), uniformes, crachás,** e demais itens afins.

36.1.2. Consideram-se MATERIAIS os produtos destinados a viabilizar os trabalhos dos profissionais envolvidos na execução do objeto desta licitação, bem como imprescindíveis à execução dos serviços.

36.2. A Contratação prevê a instalação de todos os dispositivos e acessórios necessários ao atendimento das normas técnicas e de segurança, sendo responsabilidade da Contratada.

36.3. Para a realização dos serviços os funcionários deverão estar munidos de uniformes, crachás e EPIs.

36.4. O Contratante não disponibilizará quaisquer ferramentas, equipamentos e materiais para a realização dos trabalhos.

36.5. A guarda das ferramentas, equipamentos e materiais da Contratada são de sua própria responsabilidade. A Contratante não se responsabiliza por eventuais danos ou desaparecimentos ocorridos em suas dependências.

36.6. É responsabilidade da CONTRATADA arcar com todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir a prestação dos serviços, observadas as normas e a legis-



ESTADO DE SÃO PAULO

lação vigente, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

36.7. Deverão ser apresentadas à Comissão de Fiscalização para aprovação, durante a exe-

cução do objeto, amostras de todos os materiais, acabamentos, equipamentos e acessórios.

36.8. A Comissão de Fiscalização poderá, quando julgar necessário, exigir a relação dos fa-

bricantes e os respectivos endereços, comprovantes de compra, catálogos, assim como es-

clarecimentos detalhados sobre as características dos produtos e materiais utilizados.

36.9. Sempre que o Memorial Descritivo fizer menção a modelos ou a marcas de mate-

riais ou equipamentos, poderão ser aceitos materiais similares, de outras marcas,

com equivalentes características técnicas e funcionais, de igual ou superior qualida-

de, principalmente referente à durabilidade e ao acabamento, devendo ser apresenta-

das à Comissão de Fiscalização para aprovação.

36.10. Todas as adaptações ou alterações no projeto original, necessárias para uma melhor

execução dos serviços, deverão ser previamente aprovadas pela Comissão de Fiscalização

designada pela Contratante.

36.11. A Contratada deverá sanar qualquer irregularidade, de acordo com a indicação da

Comissão de Fiscalização, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebi-

mento pela Contratada da notificação por escrito, exceto quando a irregularidade for justifi-

cadamente considerada de caráter grave ou urgente, hipótese em que poderá ser fixado

prazo menor. Irregularidades cometidas pela Contratada não ensejam alterações contratu-

ais.

36.12. A Contratada deverá retirar imediatamente dos serviços, após solicitação devidamen-

te motivada, funcionário indicado pela Comissão de Fiscalização que venha a faltar com ur-



ESTADO DE SÃO PAULO

banidade, apresente conduta imprudente ou negligente, ou ainda, que apresente imperícia técnica face às atividades em prática, substituindo-o no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, salvo circunstância excepcional devidamente justificada.

Hortolândia, 19 de Dezembro de 2023.

Luziane Mantovani Rodrigues

Diretora Administrativo

André Motta Ferreira Núcleo de Contratação



MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO SISTEMA DE ALARME PATRIMONIAL COM MONITORAMENTO

Edificação:

CAMARA MUNICIA DE HORTOLÂNDIA

RUA 2, RUA 10, RUA 9 - PARQUE GABRIEL - HORTOLANDIA - SP

Proprietário:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLANDIA - SP

Responsável Técnico:

ENG. FELIPE FERRARI FAKRI CREA 506.970.406-3

ÍNDICE:

- 1. OBJETIVO:
- 2. NORMAS APLICADAS:
- 3. PLANTAS VINCULADAS:
- 4. DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS:
- 5. EQUIPAMENTOS

1. OBJETIVO:

A presente especificação visa a orientar e definir as condições para Execução de serviços de SISTEMA DE ALARME PATRIMONIAL COM MONITORAMENTO 24 HORAS E PROTEÇÃO DE PERIMETRO, nas Instalações da CAMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA. Localizado no município de HORTOLÂNCIA – SP.

2. NORMAS APLICADAS:

- NBR/IEC 62676 Requisitos mínimos para sistemas de vídeo monitoramento para uso em aplicações de segurança
- ABNT NBR-14565:2013: Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers
- ANSI/EIA/TIA 568-C Commercial Building Telecommunications Wiring Standard
- ANSI/EIA/TIA 569-A: Commercial Building Standard for Telecommunications
- ABNT NBR-5410:2004: Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- ABNT NBR-5419:2015: Proteção Contra Descargas Atmosféricas;
- NR-10 (MTE) Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- Toda a execução deverá seguir rigorosamente as normas acima citadas, bem como as normas pertinentes a cada parte da execução, mesmo quando não citado em projeto. As recomendações aqui apresentadas visam orientar a execução do projeto de telecomunicações no sentido de estabelecer uma instalação funcional e segura. Não implicam, todavia, em qualquer responsabilidade do projetista com relação à qualidade da instalação executada por terceiros e discordância com as normas aplicáveis. As plantas e especificações constituem um todo e se complementam, fazendo parte integrante do PROJETO.

3. PLANTAS VINCULADAS:

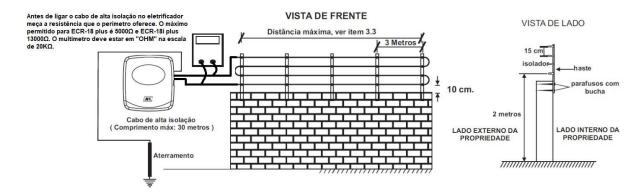
- DE-CFTV-CM-HORTOLANDIA-1-3-R2;
- DE-CFTV-CM-HORTOLANDIA-2-3-R2.
- DE-CFTV-CM-HORTOLANDIA-3-3-R2.

4. ALARME DE INTRUSÃO E CERCA ELETRICA:

- 4.1. Na distribuição dos sensores de presença foram privilegiados os ambientes com maior vulnerabilidade, dando-se prioridade aos acessos do prédio.
- 4.2. Locação da central de alarme de presença:
 - 01 Central localizada no nível 1 na sala de T&I na central de controle CFTV;
- 4.3. Locação dos sensores de Barreiras:
 - 12 pontos no perímetro do pátio próximo as cercas elétricas;
 - Receptor/transmissor de sinal sem fio Alcance 1000 m;
 - Os sensores de barreiras deverão ser instalados em postes conforme projeto.

4.4. Central e cerca elétrica:

- 01 Central localizada no nível 1 na sala de T&I na central de controle CFTV;
- Cerca instalada no perímetro do pátio:
- Esquema de montagem, vide desenho abaixo:



5. EQUIPAMENTOS:

5.1. Central de alarme de Intrusão:

• ESPECIFICAÇÕES modelo AMT 8000

Produto	Central de alarme monitorada
Alimentação AC	90 a 265 V (recomenda-se a utilização de um cabo com bitola ≥1 mm)
Alimentação DC	5,7 V provindo da fonte XFT 8000
Bateria	Bateria de lítio recarregável de 3,7 Vdc (acompanha a central de alarme)
Temperatura de operação	-10 °C a 50 °C @ 90% de umidade
Peso	568 gramas (com bateria e demais acessórios conectados – XAG e FXO)
Dimensões	Do produto: 84 × 290 × 273 mm
	Com embalagem individual: 90 × 292 × 276 mm
Potencia média	AMT 8000: 5 watts
	AMT 8000 + FXO 8000: 5,5 watts
	AMT 8000 + XAG 8000: 5,5 watts
	AMT 8000 + FXO 8000 + XAG 8000: 5,5 watts
	Ganho da antena: 0 dBi
Frequência comunicação sem fio AMT/Acessórios	915 a 928 MHz através de antena interna, potência 18 dBm
Modulação	BPSK 40 Kbps
Opcionais	Dispositivos serie 8000 (para maiores informações sobre dispositivos da
	série 8000 acesse o site www.intelbras.com)

• Quantidade: 01;



5.2. Sensores de presença:

ESPECIFICAÇÕES modelo: IVA 7100 DUAL QUAD

Ambiente de aplicação Externo

Número de 4

Feixes

Alcance de proteção com cabo SINC 100 metros

Alcance de proteção sem cabo SINC 60 metros

Método de detecção Bloqueio de 2 feixes vizinhos

Indicação de alinhamento/disparo LED alinhamento e buzzer

Saída de alarme NA ou NF

Chave antiviolação (tamper) Sim

Canais de frequência 2 canais

Empilhamento máximo 2 pares de sensor

Tempo de resposta de detecção 50 - 100 ms

5.2. Central de Alarme da cerca elétrica:

• ESPECIFICAÇÕES modelo: ELC 5030

Tensão de alimentação	115 - 230 VAC
Frequência Nominal	50 – 60 Hz
Consumo em 115 – 230 Vac	6,5W
Tensão de saída Com jumper posição baixa	16.000 V pulsativos, +/- 5%
Com jumper posição média	18.000 V pulsativos, +/- 5%
Com jumper posição alta	21.000 V pulsativos, +/- 5%
Energia do pulso de saída	<1,2 joules
Duração do pulso	360 us
Intervalo entre pulsos	1s
Pulsos por minuto	+/- 60 pulsos
Dimensões (L x A x P)	275 x 215 x 85 mm
Peso bruto	1,150 kg
Saída Auxiliar	14,5 Vdc/250 mA (recomenda-se a utilização de um cabo CCI com bitola ≤26 AWG)
Corrente de saída de sirene	Com bateria até 1,5A
	Sem bateria 400 mA
Bateria recomendada	12 Vdc
Índice de proteção	IPX4



MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO CFTV - CIRCUITO FECHADO DE TV

Edificação:

CAMARA MUNICIA DE HORTOLÂNDIA

RUA 2, RUA 10, RUA 9 - PARQUE GABRIEL - HORTOLANDIA - SP

Proprietário:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLANDIA - SP

Responsável Técnico:

ENG. FELIPE FERRARI FAKRI CREA 506.970.406-3

,					
TI	۱I	U.	Γ <i>/</i>	`⊏	
- 11	M		I (_

- 1. OBJETIVO:
- 2. NORMAS APLICADAS:
- 3. PLANTAS VINCULADAS:
- 4. DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS:
- 5. CFTV:
- 6. CERTIFICAÇÃO E TESTES DOS PONTOS DO CABEAMENTO ESTRUTURADO:
- 7. INFRAESTRUTURA:

1. OBJETIVO:

A presente especificação visa a orientar e definir as condições para Execução de serviços de CIRCUTO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV), nas Instalações da CAMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA. Localizado no município de HORTOLÂNCIA – SP.

2. NORMAS APLICADAS:

- NBR/IEC 62676 Requisitos mínimos para sistemas de vídeo monitoramento para uso em aplicações de segurança
- ABNT NBR-14565:2013: Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers
- ANSI/EIA/TIA 568-C Commercial Building Telecommunications Wiring Standard
- ANSI/EIA/TIA 569-A: Commercial Building Standard for Telecommunications
- ABNT NBR-5410:2004: Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- ABNT NBR-5419:2015: Proteção Contra Descargas Atmosféricas;
- NR-10 (MTE) Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- Toda a execução deverá seguir rigorosamente as normas acima citadas, bem como as normas pertinentes a cada parte da execução, mesmo quando não citado em projeto. As recomendações aqui apresentadas visam orientar a execução do projeto de telecomunicações no sentido de estabelecer uma instalação funcional e segura. Não implicam, todavia, em qualquer responsabilidade do projetista com relação à qualidade da instalação executada por terceiros e discordância com as normas aplicáveis. As plantas e especificações constituem um todo e se complementam, fazendo parte integrante do PROJETO.

3. PLANTAS VINCULADAS:

- DE-CFTV-CM-HORTOLANDIA-1-3-R2;
- DE-CFTV-CM-HORTOLANDIA-2-3-R2.
- DE-CFTV-CM-HORTOLANDIA-3-3-R2.

4. DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS:

4.2 – CFTV (circuito fechado de TV):

O sistema de monitoramento proporcionara de forma automática a integração dos diversos dispositivos instalados (câmeras, servidores, storages e software de gestão de CFTV), através do sistema de Monitoramento e Controle sendo possível registrar os atos através de imagens, de forma a tornar verdadeira e eficiente a detecção e a solução de um evento. Este sistema é disposto das funções de gravar, transmitir imagens, enviando imagens instantaneamente para a central de monitoramento.

5. CFTV:

Serão implantadas <u>72</u> (setenta e duas) <u>Câmeras IP</u>, no perímetro do prédio e nos pavimentos internos respeitando a distribuição mencionadas em projeto e uma central de monitoramento central de controle.

5.1. Especificação dos equipamentos para circuito fechado de TV:

• 68 CAMERAS IP 4MP

- Especificações Técnicas:
- Sensor de imagem: 1/3" 4 MP Progressive CMOS
- Obturador eletrônico: Automático / Manual (1/3s ~ 1/100000s)
- Relação sinal-ruído: >56 dB
- Sensibilidade: 0.008Lux@F1.6
- Tipo de lente: Fixa
- Distância focal: 2,8 mm
- Abertura máxima: F1.6
- Ângulo de visão Horizontal: Horizontal: 102° 7 x vertical: 55° 7
- Comprimento de onda LED IR 850 nm
- Distância máxima do infravermelho 30 metros

- DORI: Lente: 2,8 mm / Detectar: 56 m / Observar: 22,4 m / Reconhecer: 11,2 m / Identificar: 5,6 m

Vídeo:

- Detecção de movimento: Até 4 áreas1
- Região de interesse: Até 4 áreas
- Máscara de vídeo: Até 4 áreas
- Análise de vídeo: Linha e cerca virtual
- Formato de vídeo NTSC
- Compressão de vídeo H.265/ H.264/H.264B/MJPEG²
- Compressão de vídeo inteligente Sim (H.265+/H.264+)
- Quantidade de streams 2 streams
- Resoluções: 4M (2668 x 1520) / (2560 x 1440) / 3M (2304 x 1296) / 2M (1920×1080) / 1.3M (1280×960) / 1M (1280×720) / D1(704×480) / VGA (640×480) / CIF (352×240)
- Taxa de frames:
- Stream Principal: 2688 x 1520 (1 a 20 FPS) / 2560 x 1440 (1 a 25 FPS) / 3M/2M/1.3M/1M (1 a 25 FPS) Stream Extra: D1/ VGA/ CIF (1 a 25 FPS)
- Taxa de bits: H.264: 32 kbps a 6144 kbps / H.265: 12 kbps a 6144 kbps / MJPEG: 40 kbps a 6144 kbps
- Modos de vídeo: Automático/ Colorido/ Preto e Branco
- Perfil: Regular/ Perfil Fixo/ Agendamento/ Dia e Noite
- Controle de ganho: Automático/ Manual
- Perfil: Regular/ Perfil Fixo/ Agendamento/ Dia e Noite
- Controle de ganho: Automático/ Manual
- Compensação de luz de fundo: BLC/ WDR (120 dB)/ HLC
- Balanço do branco: Automático/ Natural/ Externo/ Exterior/ Manual/ Personalizado
- Função espelho: Sim
- Rotação de imagem: 0º/ 90º/ 180º/ 270º

Áudio:

- Microfone embutido: Sim
- Compressão: G.711A/ G.711Mu/ AAC/ G.726
- Detecção de áudio: SiM

02 CAMERAS IP 2MP PTZ SD ZOOM OTICO DE 25X STARLIGHT

Especificações Técnicas:

- Sensor de imagem: 1/2.8" 2Megapixel STARVIS™ CMOS

- Pixel: 2MP

Pixels efetivos: 1920 (H) x 1080 (V)
Obturador eletrônico: Automático

- Manual: 1/3s ~ 1/30000s

- Iluminação mínima: 0,005 lux/F1.6 (Colorido) / 0,0005 lux/F1.6 (Preto e Branco) / 0 lux (IR ligado)

- Alcance de IR: 150m

- Controle do IR: Prioridade Zoom/ Automático/ Desabilitado/ Manual

- LED 4 unidades

Lente:

- Distância focal: 5.4 mm - 135 mm

- Abertura máxima: F1.6 - F3.5

- Ângulo de visão: H: 58.7° - 3.1° V:33.2°-1.7°

- Zoom óptico: 25x

- Controle do foco: Automático/ Semiautomático/ Manual

- Controle da Íris: Automático/ Manual

- Foco dinâmico automático (PFA): Sim

PTZ:

- Alcance do Pan/Tilt: Pan: 0°-360°; Tilt: -15°-+90°; autoflip: 180°

- Controle manual de velocidade: Pan: 0.1°/s-300°/s; Tilt: 0.1°/s-200°/s

- Velocidade do preset Pan: 400°/s; Tilt: 300°/s

- Presets: 300

- Modo PTZ: 5 Patrulhas; 8 Tours; 5 Auto Scan; Auto Pan

Inteligência Artificial Embarcada:

- Detecção de face: Sim (com metadados)

- Inteligência perimetral: Linha virtual, cerca virtual (até 10 regras por preset)

- Abandono/Retirada de objetos: até 10 regras por preset

- Mapa de Calor: Relatório de até 1 semana

- Autotracking (rastreio automático): Sim

- Detecção de Movimento Inteligente (SMD): Sim (pessoas/carros)

Análise inteligente de Vídeo:

- Detecção de movimento: Até 4 áreas

- Área de interesse: Até 8 áreas

- Máscara de privacidade: Sim (24 áreas, até 8 na mesma cena)

- Mudança de cena: Sim

Vídeo:

- Quantidade de streams: 3

- Compressão de vídeo: H.264/ H.264B/ H.264H/ H.265/ MJPEG¹
- Compressão Inteligente: Sim
- Resolução de imagem: 2MP (1920x1080) 16:9 / 1.3MP (1280x960) 4:3 / 1MP (1280x720) 16:9 / D1 (704x480) 22:15 / CIF (352x240) 22:15
- Taxa de frames: Stream Principal: 2MP/1.3MP/ 1MP (1 \sim 60 fps) / Stream Extra 1: D1/CIF (1 \sim 30 fps) / Stream Extra 2: 2MP/1.3MP/ 1MP (1 \sim 30 fps)
- Tipo de Taxa de Bit: Constante / Variável
- Taxa de bit: H.264: 3 kbps a 20480 kbps / H.265: 3 kbps a 20480 kbps / MJPEG: 3 kbps a 20480 Kbps
- Dia / Noite: Automático (ICR) / Colorido/ Preto e Branco
- Compensação de luz de fundo: BLC, HLC, WDR (120dB)
- Balanço de Branco: Automático / Interno / Extetior/ ATW/ Manual/ Lâmpada Sódio / Natural/ Externo automático
- Controle de Ganho (AGC): Automático / Manual
- Redução de ruído: 2D/3D
- Estabilização de imagem: Sim
- Defog: Sim
- Zoom Digital: 16x
- Rotação de imagem 180°

Áudio:

- Compressão: PCM; G.711a; G.711Mu; G.726; AAC; MPEG2-Layer2; G722.1; G729; G723
- Entrada de Áudio: 1
- Saída de Áudio: 1

Rede:

- Interface: RJ45 (10/100BASE-T)
- Throughput Máximo :64 Mbps
- Armazenamento de vídeo: Cartão micro-SD de até 256 GB (vendido separadamente)
- Protocolos e serviços suportados: IPv4; IPv6; HTTP; HTTPS; Qos; FTP; SMTP; UPnP; DNS; DDNS; NTP; RTSP; RTP; TCP; UDP; IGMP; ICMP; DHCP; PPPoE; ARP; SNMP v1/v2c/ v3 (MIB-2); RTCP; RTMP; Bonjour; Onvif; Intelbras1; Intelbras Cloud
- Onvif: Perfil S, T e G
- Serviços DDNS: Intelbras DDNS, DDNS No-IP®, DynDNS®
- Método de transmissão: Unicast / Multicast
- Configuração de nível de acesso: Acesso a múltiplos usuários (máximo de 20) com proteção por senha³
- Navegador: Internet Explorer®4, Google Chrome e Firefox
- Aplicações e monitoramento: Interface Web, Intelbras SIM Next, Intelbras IP Utility, ISIC e Defense IA

Características Complementares:

- Ajuste de imagem: Brilho/ Contraste/ Saturação/ Nitidez/ Gama
- Idiomas do menu OSD: Português, Inglês e Espanhol

Conexões:

- Saída de vídeo: Conector RJ 45 Ethernet (8P8C)
- Entrada de Alarme: 2
- Saída de Alarme: 1

Características Elétricas:

- Consumo máximo de potência: 8 W / 20 W (IR ligado)
- Alimentação: DC/AC 24V/3A, Poe Ativo (802.3at)
- Proteção anti-surto: 15 kV (vídeo e alimentação)

Características Mecânicas:

- Dimensões (A x Ø): 332 mm × 190 mm
- Peso: 8 kg
- Cor do case: Branco
- Tipo case/material: Metal (gabinete) e plástico (proteção interna)
- Grau de proteção: IP67 e IK10
- Local de instalação: Interno e externo

Características Ambientais:

- Temperatura de armazenamento: 40 °C a 70 °C
- Umidade relativa de operação: < 95 % RH

02 CAMERAS PANORAMICAS 360° IP - 2MP- BULLET

Especificação Técnica:

- Câmera IP Mini Panorâmica;
- Câmera Multissensorial com 4 sensores 2MP;
- Speed Dome de 5x de zoom;
- Especificações técnicas. Câmera panorâmica;
- o intelbras.com.br. Abertura máxima.
- 02 servidores principais (gravação e visualização) intel core i7 4790 4 ghz hardware 16
 Gb ram hd sata velocidade 3.0 gb/s7200 rpm- placa de rede 10/100/1000 windows 10
 professional ou windows server 2019 111 tb de armazenamento 64 bits disco ssd
- Link dedicado 356 mbps
- Estação de monitoramento 8 gb ram placa de video de 2 gb ram dedicada placa de rede 10/100/1000 – windows 10 professional – 64 bit
- 03 switch gigabit 24 portas poe capacidade 7.2gbps modelo: sf 2421 poe intelbras
- Software para gestão e monitoramento de imagens

ESPECIFICAÇÃO TECNICA:

- Sistema de gerenciamento e monitoramento de imagens (CMS / VMS).
- Sistema totalmente nacional, desenvolvido no Brasil.
- Arquitetura Cliente / Servidor, Servidor / Servidor em ilimitados níveis de comunicação e Multitarefa, oferecendo total escalabilidade.
- Ilimitados servidores, câmeras IP, vídeo servers, DVRs e dispositivos de automação podem ser conectados simultaneamente.
- Suporte a ilimitadas câmeras e placas de I/O por servidor.

- Possui arquitetura de servidores descentralizada, sendo que o mesmo servidor pode ser também um cliente de monitoramento, com ilimitados níveis de conexão e ilimitados servidores nesta arquitetura. Qualquer dispositivo (câmera, módulo I/O, DVR, etc) pode ser monitorado de qualquer um dos servidores que estejam conectados ao sistema.
- Possibilita trabalhar com câmeras Ip´s e analógicas simultaneamente desde que estejam conectadas à rede TCP/IP diretamente ou através de um Vídeo Server, DVR ou Placa de Captura.
- Suporta servidores de DNS.
- Possui sistema próprio de DNS, sem a necessidade de aplicativos externos (redirecionamento de IPs).
- Permite trabalhar com dois ou mais processadores dividindo as tarefas do software para aumento do desempenho.
- Compatível com todos os processadores que suportem Windows (Intel, AMD, etc.).
- Suporta diversos modelos de câmeras IP, servidores de vídeo, DVRs e placas de captura.
- Permite acesso remoto, sem limite de conexões por servidor.
- Permite visualização de câmeras de diversos servidores na mesma tela.
- Permite utilizar qualquer resolução de imagem, caso a câmera suporte (Desde resoluções mínimas, como 160x120, até resoluções maiores que 10 MPixels).
- Possui sistema de Multi Streaming, que permite o monitoramento ao vivo com configurações diferenciadas da gravação, transmissão e visualização.
- Possui sistema de Filtros de Ips.
- Permite o armazenamento e transmissão das imagens nos formatos MJPEG, MPEG4 e H.264
- Permite operações simultâneas como gravação, reprodução e exportação de vídeo, configuração do sistema, monitoramento ao vivo, consulta de eventos, pesquisa de imagens, monitoramento do servidor e diversas outras tarefas.
- Suporta gravação contínua, programada, por detecção de movimento permitindo que diversas áreas sejam definidas e por eventos. Possui recursos para especificar o período de armazenamento, resolução e numero de fps por câmera.
- Possui sistema de gerenciamento avançado e automático de disco, com sistemas de cotas de disco para gerenciamento automático. Possui sistema de arquivamento de gravações (Para armazenamento externo), possibilitando a gravação das imagens em servidores de arquivo, via rede sem limite de gravações por dia, sendo que o limite máximo de câmeras deve ser de acordo com a capacidade de disco e de processamento do servidor.
- Possui licença grátis para 1 câmera ou de 30 dias para demonstrações.
- Possibilidade de escolher múltiplos streams do dispositivo, podendo-se escolher qual stream irá gravar, quais irá transmitir e qual irá visualizar.
- Possui compatibilidade com o protocolo ONViF das cameras IP, com funções de vídeo ao vivo, controle de ptz, multi-stream e detecção de movimento remota implementadas neste protocolo.
- Possui compatibilidade com o protocolo RTSP de cameras IP e DVRs (streaming de video).
- Permite conexão de ilimitados clientes de monitoramento a um servidor, sem necessidade de licenças adicionais de conexão para estes clientes.
- Possui Gerenciador de Licenças, permitindo uma rápida visualização das licenças instaladas no servidor;

- Possui sistema de administração de licenças web, permitindo que o usuário consulte e renove suas licenças; Licenças comercializadas em forma de tickets, somente são validadas após a instalação. (permitindo com isto um estoque de licenças).
- Possui assistente de instalação intuitivo em português.
- Sistema de rápida instalação, realizada em um único procedimento.
- Compatível com plataformas de virtualização de servidores (Microsoft Virtual Server, Xen Server, VMware, etc.).
- Possibilidade de instalação do sistema como serviço do Windows
- Interfaces totalmente flexíveis e personalizáveis, layouts customizáveis.
- Interface intuitiva, baseada em janelas
- Interface customizável, permitindo a criação e a gravação de ilimitados workspaces (áreas de trabalho).
- Janelas redimensionáveis, para melhor adaptação ao monitor.
- Visualização instantanea das janelas em execução no sistema
- Visualização de todos os servidores cadastrados através de árvores de visualização, permitindo a expansão de todos os recursos de determinado servidor.
- Permite com que em caso de falha do servidor principal, um segundo servidor assuma os controles e todas as configurações do servidor principal. (Fail-Over).
- Permite a configuração do pano de fundo do sistema independente por monitor
- Suporte a ilimitados monitores por estação de trabalho. Possui sistema de conexão inversa, permitindo que a estação se conecte à central e vice-versa
- Compatível com servidores de horário NTP, suportando o gerenciamento de fuso horário entre servidores, estações e dispositivos.
- Atalho para o painel de controle do windows, permitindo a execução em sistemas com Windows Embedded.
- Ajuda (help) do sistema interativo on-line em português (brasileiro). Sistema live update, possibilitando a atualização automática do sistema a cada nova versão.
- Atualizações de versões gratuitas (na mesma faixa numérica).
- Compatível com os sistemas operacionais Windows 7, Windows 8, Windows Server 2003,
 Windows Server 2008 e Windows XP.
- GRAVAÇÃO:
- Poderoso sistema de arquivos de gravação, evitando inconsistência e perda de dados.
- Sistema de gerenciamento de gravações com reciclagem automática das imagens gravadas localmente ou em servidores da rede.
- Suporta gravação contínua (ininterrupta), programada, por detecção de movimento e por eventos.
- Suporte gravação por eventos de sistemas integrados (Ex.: Sistemas de Monitoramento de Alarmes).
- Suporta gravação por detecção em um stream secundário, permitindo gravar imagens em resoluções megapixel com o processamento de uma imagem de menor resolução, ou seja, pode-se utilizar um stream de menor qualidade para diminuição de processamento.
- Suporta velocidade de gravação e visualização ao vivo de até 30 FPS por câmera.

- Suporta a gravação de ilimitadas câmeras por servidor, sendo que o limite máximo de câmeras deve ser de acordo com a capacidade de disco e de processamento do servidor.
- Possui agendamento de transmissão e gravação por data e hora.
- Possui suporte a detecção de movimento remota, recebendo os eventos das Câmeras IP, Video Servers e DVRs que possuem esse recurso.
- Possui buffer de pré e pós alarme para até 60 segundos de vídeo.
- Possui sistema de gerenciamento avançado e automático de disco, onde o sistema aloca automaticamente a quantidade de espaço em disco necessário para a gravação de cada câmera, baseando-se em uma especificação de número de dias que o usuário deseja manter as gravações. O sistema de gerenciamento de disco também oferece um sistema de cotas de disco, sendo que o administrador poderá limitar uma quantidade de disco que deseja utilizar, compartilhando essa cota com todas as câmeras.
- Possui sistema de gravação que não tem limite de gravações diárias.
- Suporta arquivamento de imagens, permitindo salvar imagens (snapshots) para posterior consulta.
- Possibilidade de envio de imagens gravadas (snapshots) para servidor de FTP.
- Permite a gravação de uma mesma câmera em dois ou mais servidores de gravação simultaneamente.
- Suporte a gravação em unidades de rede (storages).
- Suporta gravação de áudio dos dispositivos compatíveis.

CONTROLE DE USUÁRIO:

- Permite a habilitação e desabilitação de contas de usuários.
- Suporte a ilimitadas contas de usuário.
- Suporte a inclusão de usuários (autenticação) através do Microsoft Active Directory do Windows (AD).
- Suporte a login por autenticação Biométrica.
- Suporte a login manual.
- Permite escolher o usuário de auto-login no sistema e no acesso Web
- Possui rígido controle de direitos e senhas diferenciadas para cada usuário ou para um grupo de usuários.
- Possui grupos de usuários que permite atribuir as mesmas configurações de permissão para todos os usuários pertencentes a esse grupo.
- Permite atribuir permissão no uso de cameras PTZ.
- Possibilidade de bloqueio da estação de trabalho, desabilitando o funcionamento de todos os botões. Retorno somente mediante senha ou biometria.
- Possibilidade de troca de usuário sem necessidade de se reiniciar o sistema.
- Permite transmissão de vídeo e áudio para múltiplos usuários separadamente;
- Permite a concessão de permissão para grupos de usuários e/ou usuários para acessar qualquer elemento no sistema (locais, câmeras, monitores, sensores, relés, etc.).
- Permite que os usuários modifiquem suas próprias senhas (caso tenham permissão)

5.2. Equipamentos auxiliares:

- a) Patch Cord CAT6: Quantidade: 03 pcs
- b) <u>Cabo flexível de cobre nu multifilar</u> montado e testado em fabrica com RJ45 em ambas as extremidades CAT 6. <u>Comprimento: 7,0 m.</u>
- c) Nobreak (online) 2KVA com capacidade para 4(quatro) baterias estacionárias:
- Nobreak de 2KVA, com tensão de entrada 220V, tensão de saída 110V;
- Capacidade de expansão para 4(quatro) baterias estacionárias c-20 45Ah.
- Topologia Online dupla conversão, senoidal;
- Monofásico;
- Tela LCD com tecla de rolagem para leitura das principais grandezas e eventos; Checagem instantânea das condições de operação do inversor e das baterias antes de alimentar a carga;
- Controle automático de ventilação de acordo com a potência consumida (AUTO FAN);
- Partida pelas baterias sem rede da concessionária presente (função Cold Start); Circuito EPO (Emergency Power Off) possibilitando desligamento instantâneo do sistema em caso de urgência.
- Modo ECO disponível para aumento da eficiência e redução no consumo de energia;
- Quantidade: 01 pç.

6. CERTIFICAÇÃO E TESTES DOS PONTOS DO CABEAMENTO ESTRUTURADO:

- No final dos trabalhos deverá ser feita certificação de toda rede de cabeamento estruturado, apresentando-se um relatório em arquivo eletrônico digitalizado.
- Todos os pontos do Cabeamento Estruturado deverão ser testados e certificados com aparelho de medição específico para cabos de categoria 6.
- Deverão constar no relatório, no mínimo, os seguintes dados: comprimento, resistência, impedância e atenuação dos cabos testados.

7. INFRAESTRUTURA:

- As derivações para os trechos internos e acima do solo, serão realizadas por meio de eletrocalhas ou eletrodutos de Aço galvanizado à fogo com costura, com diâmetro nominal de 1" e 2" que deverão ser fixados a cada 1m linear mediante a utilização de braçadeira tipo D com cunha cônica, quando localizados nas paredes e por meio de abraçadeira união horizontal quando fixados na laje ou estruturas metálicas da cobertura.
- Infraestrutura de tubulações:
- Tubos enterrados /envelopados:
 - Os trechos em fibra ótica, serão instalados em tubos flexíveis de 2 e 3 polegadas (Tipo KANAFLEX, corrugados de PEAD). Deverão ficar, no mínimo a 0,80 m de profundidade, se houver tráfego e 0,60 m de profundidade, envelopados e enterrados em valas conforme as dimensões indicadas no desenho em Anexo.
 - As emendas de dutos PEAD devem ser feitas através de conexões rosqueáveis ou por encaixe através de luva de mesmo material, sendo que após suas aplicações devem ser vedadas com fita de vedação ou mastic e protegidas através de enfaixamento com filme de PVC. Antes das emendas

serem executadas, as conexões devem ser rosqueadas ou encaixadas totalmente para um dos lados e os fios guias internos aos dutos devem ser muito bem emendado. Esta emenda deve ser revestidas com fita isolante. Deve ser instalada uma fita de advertência, de polietileno de baixa densidade, acima de todos os bancos de dutos. Esta fita deve ser instalada cerca de 30 cm abaixo da superfície sobre os dutos, conforme projeto. A fita de advertência deve ser fornecida pelo fabricante dos dutos.

Caixas de Inspeção:

 As caixas de passagem podem ser construídas em alvenaria ou prémoldadas em concreto armado, conforme dimensões definidas em planta. Estas caixas de passagem devem possuir tampas em chapa xadrez ou de concreto armado. As tampas de chapa xadrez devem se apoiar sobre uma guarnição de cantoneira de aço galvanizado, rigidamente fixada na caixa. As tampas de concreto deverão ser executadas para resistir aos esforços locais da instalação, conforme detalhamento No projeto. Na entrada e saída de eletrodutos das caixas de passagem ou paredes de câmaras subterrâneas, deverão ser construídas embocaduras de arremate destes dutos. Deverá ser prevista abertura na parede de concreto de maneira a permitir a instalação do número de dutos solicitado no projeto, bem como, do espacamento mínimo entre eixos dos dutos. A concretagem de chegada ou saída da linha de dutos deverá ser feita utilizando-se formas laterais, de maneira a garantir o adensamento do concreto junto à parede. Este concreto deverá conter aditivo impermeabilizante. Na chegada dos dutos junto às paredes de concreto, os mesmos deverão ser travados por meio de gabaritos espaçados de 1 m, de maneira a permitir sua concretagem sem o deslocamento dos mesmos. Não é permitida a emenda dos tubos nos primeiros 3 m (três metros), junto à embocadura. Para instalação dos dutos,

os mesmos deverão ser encaixados em uma forma de madeira com a furação adequada ao diâmetro e ao número de dutos previstos, fixada rente a parte interna da caixa ou parede da câmara, permitindo o alinhamento uniforme e espaçamento mínimo. A forma somente poderá ser removida após três dias de cura. Após remoção desta forma, deverá ser feito o recorte do excedente de duto rente a parede de concreto. Nas embocaduras deverão ser utilizados tampões rosqueáveis para os dutos livres e, terminais rosqueáveis para os dutos que serão ocupados imediatamente, permanecendo estes como acabamento final da embocadura dos dutos

• Trechos nas paredes, lajes ou sob o forro:

disposição em projeto.

As derivações para os trechos internos e acima do solo, serão realizadas por meio de eletroduto de Aço galvanizado à fogo com costura, com diâmetro nominal de 1" e 1.1/2" que deverão ser fixados a cada 1m linear mediante a utilização de braçadeira tipo D com cunha cônica, quando localizados nas paredes e por meio de abraçadeira união horizontal quando

fixados na laje ou estruturas metálicas da cobertura.

Postes c/suportes para câmeras externas:

Normas: NBR 14744 / NBR 6323;

Tipo octagonal flangeado para CFTV;

Altura / diâmetro base / diâmetro topo = 5m / 150mm / 80mm;

O Chapa da Base = $LxPxH = 280 \times 280 \times \frac{1}{2}$ - 4 Furos DN=17mm;

Chumbador tipo bengala: DN1 x L = 3/8" x 600mm;

○ Bloco de fundação de concreto (fck 20) = A x B x C = 40x40x80cm.

Suporte para Instalação de 02 Câmeras fixas;

Quantidade: 21 pc.

Aterramento:

- Deverão ser aterradas todas as carcaças metálicas: rack, eletrocalhas, caixas e etc;
- A rede deverá ser ESTABILIZADA junto ao Rack com Estabilizador de Rede e Nobreak (VER PROJ. CABEAM. ESTRUTURADO (VER ANSI/TIA-607B);
- Os postes deverão ser aterrados, junto a malha de aterramento (Ver Projetos SPDA e Eletrico).



LEGENDA CFTV E SEGURANÇA PRÉDIAL Descrição CÂMERA PTZ 360° EXTERNA - POSTE CÂMERA VIP 180° EXTERNA POSTE CÂMERA IP, BULLET EXTERNA POSTE / PAREDE CÂMERA IP, BULLET INTERNA FORRO / PAREDE SENSOR ATIVO CERCA ELETRICA TOMADA 2P+T 127/220V ELETROCALHA METÁLICA AÉREA ELETRODUTO PVC EMBUTIDO PISO ELETRODUTO METÁLICO SOBRE FORRO OU PVC EMBUT. ALVENARIA CABO UTP CAT. 6

NOTAS

1 - Eletrodutos aparentes deverão ser em aço carbono galvanizado.

2 - Os eletrodutos deverão ser providos de buchas e arruelas nas suas extremidades, nas conexões

com caixas de passagem e de saída. 3 - Utilizar curvas de raio longo, padrão comercial e nunca joelhos.

5 - Eletrodutos não especificados no projeto, são de Ø1".

6 - Deverá ser instalada uma barra de aterramento - onde todos os armários de telecomunicação

por meio de cabos de cobre isolado #10,0mm², lançados e conectados à própria eletrocalha. 8 - Os cabos UTP serão ligados ao painel de ligação com ferramenta "punch down toll".

9 - Os cabos UTP serão marcados nas duas extremidades com o número da tomada a que servem

10 - Os cabos UTP serão ligados as tomadas macho RJ45 com alicate de crimpagem. 11 - O padrão de ligação dos conectores RJ45 será EIA / TIA 568-A.

12 - Os cabos UTP deverão ser testados e emitidos relatórios certificando estarem de acordo com a

cor AZUL para os patch cords de imagem/câmeras e CINZA para os patch cords de voz/telefonia.

15 - Em hipótese alguma os cabos da rede estruturada devem passar juntamente com os cabos da

17 - Toda eletrocalha galvanizada aérea não cotada será de 50x50mm.

18 - A rede deverá ser ESTABILIZADA junto ao Rack com Estabilizador de Rede e Nobreak (VER

19- Os postes deverão ser aterrados, junto a malha de aterramento (Ver Pojetos SPDA e Eletrico).

20- Grau de Proteção eletrica IP para os equipamentos Externos: IP 66.

DGRAPHCAD OUT/23 FELIPE PROJETOS E ASSESSORIA EM CONSTRUÇÃO ENGENHARIA * ARQUITETURA * PROJETOS * LAUDOS AVENIDA CORRADI II, 1505 - RES. CATTAI - CERQUILHO/SP E-mail: fffengenharia@gmail.com CEL.: (15) 99647-5559 www.fffengenharia.com.br TEL.: (15) 3384-1170 **OBRA**: CAMERA MUNICIAL DE HORTOLANDIA PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLANDIA LOCAL: RUA 2,RUA 10 , RUA 9 - PARQUE GABRIEL - HORTOLANDIA - SP TÍTULO: PROJETO DE CFTV - IMPLANTAÇÃO ESCALA: INDICADAS AUTOR DO PROJETO: FELLIPE FERRARI FAKRI - CREA: 506.970.406-3 FOLHA: 01 03 RESP. TÉCNICO: FELLIPE FERRARI FAKRI - CREA: 506.970.406-3



PLANTA BAIXA — NIVEL 2
Escala 1:150

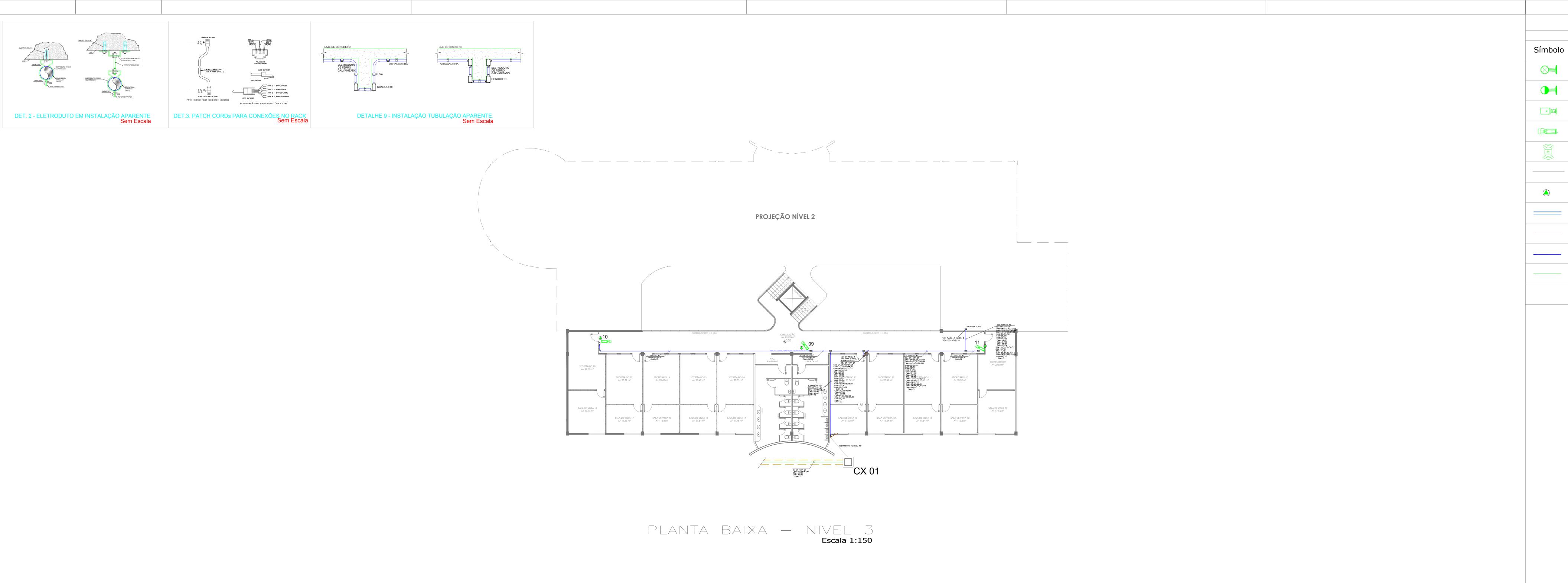
PROPRIETÁRIO/RES.PELO USO: RESPONSÁVEL TÉCNICO: 2 INTROD. NOVAS CAMERAS INTERNAS / EXTERNAS DGRAPHCAD OUT/23 FELIPE CORREÇÃO DATA RESP. ENGENHARIA * ARQUITETURA * PROJETOS * LAUDOS AVENIDA CORRADI II, 1505 - RES. CATTAI - CERQUILHO/SP E-mail: fffengenharia@gmail.com CEL.: (15) 99647-5559 www.fffengenharia.com.br TEL.: (15) 3384-1170 ESCALA: INDICADAS FOLHA:

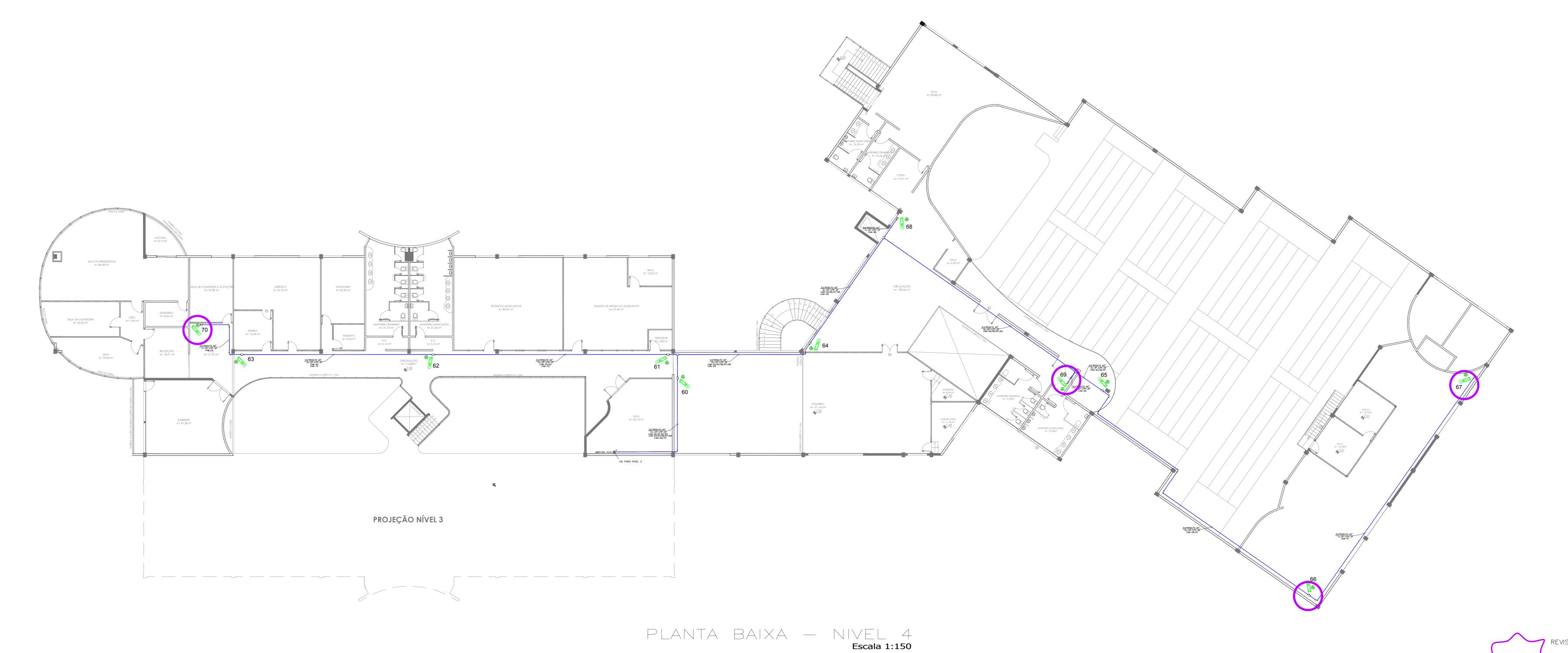
LEGENDA

Descrição

DATA: 24/08/2023

OBRA: CAMERA MUNICIAL DE HORTOLANDIA PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLANDIA LOCAL: RUA 2,RUA 10 , RUA 9 - PARQUE GABRIEL - HORTOLANDIA - SP TÍTULO: PROJETO DE CFTV - NIVEIS 0, 1 E 2 AUTOR DO PROJETO: FELLIPE FERRARI FAKRI - CREA: 506.970.406-3 RESP. TÉCNICO: FELLIPE FERRARI FAKRI - CREA: 506.970.406-3





SÍMBOIO

CÂMERA PTZ 360° EXTERNA - POSTE

CÂMERA VIP 180° EXTERNA POSTE

CÂMERA IP, BULLET EXTERNA POSTE / PAREDE

CÂMERA IP, BULLET INTERNA FORRO / PAREDE

SENSOR ATIVO

CERCA ELETRICA

TOMADA 2P+T 127/220V

ELETROCALHA METÁLICA AÉREA

ELETRODUTO PVC EMBUTIDO PISO

ELETRODUTO METÁLICO SOBRE FORRO OU PVC EMBUT. ALVENARIA

CABO UTP CAT. 6

LEGENDA

CFTV E SEGURANÇA PRÉDIAL

PROPRIETÁRIO/RES.PELO USO: RESPONSÁVEL TÉCNICO:

2 INTROD. NOVAS CAMERAS INTERNAS / EXTERNAS DGRAPHCAD OUT/23 FELIPE
REVISÃO DESCRIÇÃO CORREÇÃO DATA RESP.



ENGENHARIA * ARQUITETURA * PROJETOS * LAUDOS AVENIDA CORRADI II, 1505 - RES. CATTAI - CERQUILHO/SP E-mail: fffengenharia@gmail.com CEL.: (15) 99647-5559 www.fffengenharia.com.br TEL.: (15) 3384-1170

OBRA: CAMERA MUNICIAL DE HORTOLANDIA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLANDIA

LOCAL: RUA 2,RUA 10, RUA 9 - PARQUE GABRIEL - HORTOLANDIA - SP

LOCAL: RUA 2,RUA 10, RUA 9 - PARQUE GABRIEL - HORTOLANDIA - SP

TÍTULO: PROJETO DE CFTV - NIVEIS 3 E 4

AUTOR DO PROJETO: FELLIPE FERRARI FAKRI - CREA: 506.970.406-3

RESP. TÉCNICO: FELLIPE FERRARI FAKRI - CREA: 506.970.406-3

ART:

DATA: 24/08/2023

DATA: 24/08/2023

REVISÃO AGUARDAR DEFINIÇÃO



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO II

CREDENCIAMENTO (MODELO)

Pelo presente in:	strument	to a emp	resa		, ins	scrita no
CNPJ nº, con	n sede	na cio	lade de	,	bairro	······································
estado, representada	pelo	Sr			(nome	legível),
(profissão),			(estado civil), inscrito	o CPF	sob o
n°CREDENCIA	0	Sr.(a)		(nome	legível),
(profissão),			(estado civ	il), portad	or da Cé	édula de
ldentidade n	, expedi	da em	/ pelo(a)	(órgã	0
expedidor),	(Residê	ncia Mı	ınicípio-Estado), <u>com</u>	podere	s para
representá-lo junto à Câmara Mu	nicipal d	le Hortolâ	<u>ndia,</u> na Licitaç	ão modalio	dade PRE	EGÃO nº
11/2023, em especial para firma	declara	ções e ata	as, apresentar	ou desistir	da apres	sentação
de lances verbais, negociar os	valores	proposto	s, interpor ou	desistir da	a interpos	sição de
recursos e praticar todos os dem	ais atos	pertinente	s ao certame a	cima indic	ado.	

Local e data.

Assinatura do responsável legal



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO III DECLARAÇÃO (MODELO)

Pregão Presencial nº 11/2023 Processo nº 66/2023

Process	30 N° 66/2023					
Α	Empresa	o qui	dovidomente	,	CNPJ	N°
	VII, da Lei 10.52 os de habilitação e	20/02, DECLAF		a a cumprir plen	o disposto r amente tod	
87, inci recuper outro in	também que não sos III e IV, da ação judicial (e e npedimento supel va. Caso venha oc tica.	Lei Federal de xtrajudicial) ou rveniente que p	e nº 8.666/93, b falência tramitar possa comprome	pem como, inexi ndo em face da eter sua capacid	ste proces proponente ade técnica	so de , nem a elou
no incis menore	, ainda, que a em so XXXIII, do artiç s de dezoito ano o de aprendiz.	go 7º, não con	cede trabalho no	oturno, perigoso	ou insalubr	e aos
		I	_ocal, data.			

Assinatura do representante legal



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO IV PROPOSTA DE PRECOS

NOME E CNPJ DA EMPRESA PROPONENTE:

À CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

LICITAÇÃO / PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 66/2023

<u>OBJETO:</u> Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de Monitoramento Eletrônico (Alarme eletrônico), circuito fechado de Televisão – CFTV, (monitoramento com transmissão baseada no protocolo IP), serviços de monitoramento de sistema de alarme 24 (vinte e quatro) horas, *por comodato*, com instalação, conforme projeto, fornecimento de mão de obra, equipamentos, manutenção e assistência, para Câmara Municipal de Hortolândia, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I do Edital Pregão nº 11/2023.

ITEM	DESCRITIVO	Valor
01	Serviços Preliminares, rede elétrica e demais para a instalação das Câmeras, Circuito fechado entre outros.	
02	Monitoramento Eletrônico (Alarme eletrônico); Circuito fechado de Televisão – CFTV, (monitoramento com transmissão baseada no protocolo IP) -	
03	Serviços de monitoramento de sistema de alarme 24 (vinte e quatro) horas, por comodato , com instalação, conforme projeto, fornecimento de mão de obra, equipamentos, manutenção e assistência.	
	TOTAL	

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ xxxxx,xx (escrever o valor por extenso)

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- Demais condições: de acordo com o edital de licitação e seus anexos.

DECLARO, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende a todas as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência.



ESTADO DE SÃO PAULO

DECLARO que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro e lucro.

(Cidade),	de		de 2023		
		ssinatura do Repre		nte constituído)	
Dados da pe	essoa com po	oderes para firma	r contrato com a	Câmara Municipal de	Hortolândia
Nome:					
Estado civil _					
Qualificação _.					
Endereço res	sidencial				
RG e CPF					
E-mail institu	ıcional	E-mail p	oessoal		
Telefone					



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as pe convocatório,	•	-	J	que a	a empr	esa
microempresa ou emp Lei Complementar nº. íntegra, estando apta 11/2023, realizado pela	oresa de pequeno p 123, de 14 de deze a, portanto, a parti	embro de 2006 icipar do prod	nos do en , cujos terr cedimento	quadrame mos decla licitatório	nto previsto ro conhecei do Pregão	na r na nº
HORTOLÂNDIA,	de	de 2023.				
Assinatura do represer	ntante legal					
Nome do representante	e:					
RG do representante:						



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

DECLARO, sob as penas da lei, sem proconvocatório,	ejuizo das sanções e	•	revistas a	
(denom	inação da pessoa jurí	•		•
não apresenta qualquer fato impeditivo pa contratação.				
Declaro, ainda, conhecer na íntegra cestando apta, portanto, a participar do punicipal DE HORTOLÂNDIA, Estado	procedimento licitatóri		_	_
HORTOLÂNDIA, de	de 2023			
Assinatura do representante legal				
Nome do representante:				
RG do representante:				



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL, MATERIAL E INSUMOS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

Declaramos, sob as penas da Lei, que a empresa
(nome da empresa) disporá
de pessoal qualificado, material e insumos em número suficientes para execução dos
serviços objeto da presente licitação - PREGÃO nº 11/2023, e ainda, que serão tomadas
todas as providências administrativas no comando do pessoal, acompanhamento da
execução dos serviços, bem como, manter a CONTRATANTE informada sobre qualquer
intercorrência, sobre as condições e o andamento dos serviços.
Por ser verdade, firmamos o presente para que surta os devidos efeitos legais.
Hortolândia, xx de xxxx de 2024.
(Nome da Empresa Licitante)
CNPJ (Nome(s) e assinatura(s) do(s) responsável(eis) legal(is) da Licitante)
CPF/ RG



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO VIII

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

Este documento visa registrar a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o Titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

Eu, (nome completo da pessoa filmada), portador(a) do RG n.º	, inscrito(a) no CPF sob
o n.º	

DECLARO TER CIÊNCIA INEQUÍVOCA quanto à realização de filmagens da Sessão de Licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 11/2023, autorizando a captura de imagem e som, de acordo com as cláusulas a seguir descritas.

AUTORIZO EXPRESSAMENTE que a Câmara Municipal de Hortolândia, pessoa jurídica de direito público, Órgão de direito público interno, cadastrada no CGC/MF sob o nº 68.008.895/0001-44, com endereço à rua Joseph Paul Julien Burlandy, nº 250, Parque Gabriel com sede, doravante denominada CONTROLADORA, em razão da licitação na modalidade Pregão presencial .../2023, disponha dos meus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, de acordo com os artigos 7º e 11º da Lei 13.709/2018, tome decisões referentes ao tratamento aos dados pessoais e dados pessoais sensiveis, bem como realize o tratamento, assim entendido as operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Dados Pessoais

- 1) Nome completo;
- 2) Número e Imagem da Carteira de Identidade;
- 3) Número e Imagem do Cadastro de Pessoas Físicas CPF;
- 4) Números de telefone, WhatsApp, e endereços eletrônicos;
- 5) Dados bancários, como número da conta corrente, agência e Banco;
- 6) Endereço residencial;



ESTADO DE SÃO PAULO

7			
/	Letado		•
) Estado	CIVII	١.

8) Imagens e áudio.

CLAÚSULA SEGUNDA: Finalidade do tratamento de dados:

O TITULAR autoriza expressamente que a CONTROLADORA utilize os dados pessoais e dados pessoais sensíveis listados neste termo para as seguintes finalidades:

- Permitir que as CONTROLADORA identifique e entrem em contato com o TITULAR, em razão do PREGÃO Presencial/2023;
- Para procedimentos inerentes aos atos licitatórios do PREGÃO Presencial/2023;
- Para eventual confecção de instrumento contratual.
- Para cumprimento, pela CONTROLADORA, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;
- Para cumprimento, pela CONTROLADORA, de obrigações legais referentes ao processo licitatório do pregão presencial/2023;
- Quando necessário para atender aos interesses legítimos da controladora ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

CLÁUSULA TERCEIRA: Compartilhamento De Dados

O CONTROLADOR fica autorizado a compartilhar os dados pessoais do Titular com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste Termo, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018

CLÁUSULA QUARTA: Responsabilidade pela Segurança dos Dados:

A CONTROLADORA se responsabiliza por manter medidas de segurança técnicas e administrativas suficientes a proteger os dados pessoais, comunicando ao TITULAR, caso aconteça qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, conforme o artigo 48 da Lei 13.709/2018.

CLÁUSULA QUINTA: Direito de revogação do consentimento



ESTADO DE SÃO PAULO

Este consentimento poderá ser revogado pelo Titular, a qualquer momento, mediante solicitação via e-mail ou correspondência ao CONTROLADOR, salvo às hipóteses de obrigatoriedade do tratamento de dados para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo CONTROLADOR, conforme o parágrafo 5º do artigo 8º combinado com o inciso VI do caputdo artigo 18 e com o artigo 16 da Lei 13.709/2018.

CLAUSULA SEXTA: Término do Tratamento dos Dados:

Fica permitido À CONTROLADORA manter e utilizar os dados pessoais do titular durante todo o período de duração do certame licitatório conforme a Cláusula segunda.

CLÁUSULA SÉTIMA: Tempo de Permanência dos Dados Recolhidos:

O TITULAR fica ciente de que a CONTROLADOR deverá permanecer com os seus dados pelo período de duração de todo o certame licitatório, e pelo prazo prescricional definido em lei, ante a obrigação legal de prestação de contas junto aos órgão fiscalizadores.

Por ser verdade, firmamos o presente para que surta os devidos efeitos legais.

Hortolândia, xx de xxx de 2024.



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO IX MINUTA DO CONTRATO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de Monitoramento Eletrônico (Alarme eletrônico), circuito fechado de Televisão – CFTV, (monitoramento com transmissão baseada no protocolo IP), serviços de monitoramento de sistema de alarme 24 (vinte e quatro) horas, *por comodato*, com instalação, conforme projeto, fornecimento de mão de obra, equipamentos, manutenção e assistência, para Câmara Municipal de Hortolândia, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I do Edital Pregão nº 11/2023.

1 - PROCESSO INTERNO:

- 1.1 Processo Administrativo Compras nº 66/2023
- 1.2 Contrato nº XX/2024

2 - CONTRATANTE:

2.1 - CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA, com sede a Rua Joseph Paul Julien Burlandy, 250 – Parque Gabriel em Hortolândia, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob n° 68.008.895/0001-44, neste ato representada por seu Presidente em exercício (Dados......, doravante denominado CONTRATANTE.

3 - CONTRATADA:

4 - OBJETO:

- **4.1** Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de Monitoramento Eletrônico (Alarme eletrônico), circuito fechado de Televisão CFTV, (monitoramento com transmissão baseada no protocolo IP), serviços de monitoramento de sistema de alarme 24 (vinte e quatro) horas, **por comodato**, com instalação, conforme projeto, fornecimento de mão de obra, equipamentos, manutenção e assistência, para Câmara Municipal de Hortolândia, conforme especificações do Termo de Referência Anexo I do Edital Pregão nº 11/2023.
- 4.2. Os produtos serão entregues conforme cronograma de entrega abaixo:



ESTADO DE SÃO PAULO

Item 1:

PRODUTO	Mês 1	Mês 2	Mês 03 - Mês 12
			Comodato
Serviços Preliminares, rede elétrica e de-	Х		
mais para a instalação das Câmeras, Cir-			
cuito fechado entre outros.			
Monitoramento Eletrônico (Alarme eletrônico);		Х	
Circuito fechado de Televisão – CFTV,			
(monitoramento com transmissão baseada no			
protocolo IP);			
Serviços de monitoramento de sistema de			X
alarme 24 (vinte e quatro) horas, <i>por</i>			
comodato, com instalação, conforme projeto,			
fornecimento de mão de obra, equipamentos,			
manutenção e assistência			

5 - VIGÊNCIA:

- **5.1** Este contrato terá início a partir da sua assinatura e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666/93.
- **5.2** Após 12 (doze) meses da contratação os preços poderão ser reajustados conforme índice IPCA/IBGE.

6 - VALOR:



ESTADO DE SÃO PAULO

7 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1 - O presente Contrato é firmado por meio do Processo Administrativo de Compras nº 66/2023, em conformidade com o inciso I do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, em especial os artigos 54, 55 e 57, aplicáveis à execução deste Contrato.

8 - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

- **8.1** Constituem partes integrantes do contrato os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:
- a) Termo de Referência Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 11/2023
- b) Orçamento e documentos que integram o processo, apresentados pela CONTRATADA.
- **8.2** Em caso de divergência entre os documentos integrantes e o contrato, prevalecerá este último, desde que atenda e defina melhor o objeto contratado e, em especial, ao interesse público, observada ainda a cláusula seguinte;
- **8.3** Os documentos supracitados deverão ser suficientes para, em complemento deste contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger a execução adequada do objeto contratado dentro dos mais altos padrões da técnica atual.

9 - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1 - As atividades serão desenvolvidas no prédio da sede da Câmara Municipal de Hortolândia, situado na rua Joseph Paul Julien Burlandy, nº 250, Parque Gabriel, Hortolândia/SP.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.
- **10.2 -** Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas durante a execução dos trabalhos.
- **10.3 -** Acompanhar a prestação do serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão da entrega.
- **10.4 -** Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao cumprimento do Contrato.
- **10.5 -** Reunir-se com a CONTRATADA sempre que necessário, a fim de prestar os esclarecimentos necessários à adequada prestação do serviço.
- 10.6 Designar servidores para fiscalizar e acompanhar os serviços constantes do objeto contratual.



ESTADO DE SÃO PAULO

- **10.7 -** Rejeitar todo e qualquer serviço executado fora das especificações técnicas.
- **10.8 -** Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido no contrato.
- 10.9 Demais obrigações elencadas no Item 21 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1 Executar o serviço discriminado no TERMO DE REFERÊNCIA, Anexo I- Edital;
- **11.2** Disponibilizar mão-de-obra, materiais e equipamentos em quantidades necessárias a perfeita execução dos serviços;
- **11.3** Ter, em seu quadro, pessoal tecnicamente qualificado para execução dos serviços contratados devendo apresentar o registro da empresa junto ao respectivo Conselho Regional, tudo em conformidade com a Resolução RCD nº 18, de 29 de fevereiro de 2000, da ANVISA/SP;
- **11.4** Refazer, às suas expensas, os serviços que tenham comprovadamente sido executados com erros ou imperfeição técnica;
- **11.5 -** Manter seu pessoal uniformizado, limpo, identificando-os através de crachás, com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual EPI'S, bem como obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade;
- **11.6** Não armazenar os produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos na Unidade do CONTRATANTE;
- **11.7** Assumir total responsabilidade por todos os danos eventualmente causados a pessoas e ao patrimônio, quando comprovadamente tenha ocorrido por negligência e/ou inabilidade dos funcionários da Contratada, esta promoverá a quem de direito o ressarcimento dos danos, quando da execução dos serviços;
- **11.8 -** Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento das faturas emitidas contra o CONTRATANTE;
- **11.9 -** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- **11.10 -** Cumprir rigorosamente as exigências da legislação tributária, fiscal, trabalhista, previdenciária, assumindo todas as obrigações e encargos legais inerentes e respondendo integralmente pelos ônus resultantes das infrações cometidas;
- **11.11 -** Cumprir rigorosamente as exigências elencadas no Item 20 do Termo de Referência, Anexo Edital;



ESTADO DE SÃO PAULO

11.12 - Apresentar comprovante de garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, conforme Item 24 e ss. do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

12 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

12.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do valor estimado na – Ficha 15 – MATERIAL PERMANENTE e Ficha 7 -3.3.90.39 – SERVIÇOS.

13 - DA FORMA DE PAGAMENTO

- **13.1** Os pagamentos serão realizados pela Contratante, mediante a execução do objeto da licitação conforme estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, após o aceite dos serviços prestados, por responsável definido pela Contratante;
- 13.2 Os pagamentos serão efetuados em até 05 (cinco) dias úteis da entrega de cada etapa;
- **13.3** A CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da apresentação da Nota Fiscal, para aceitá-la ou rejeitá-la;
- **13.4** A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à fornecedora para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição;
- **13.5 -** A CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela CONTRATADA;

14 - DA FISCALIZAÇÃO

- **14.1** O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido de acordo com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93;
- **14.2 -** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 11/2023.
- **14.3** -Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa contratada será notificada para que providencie, dentro do prazo estabelecido, a correção necessária;
- **14.4** A fiscalização deste Contrato será realizada por servidor Chefe de Núcleo de Patrimônio e Manutenção, que também será responsável pelo recebimento, conferência e atesto do documento de cobrança.

15 - DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)



ESTADO DE SÃO PAULO

- **15.1** As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, no tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para participação no procedimento licitatório, execução e acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- **15.2 -** As Partes obrigam-se a observar a privacidade das informações dispostas neste Instrumento, com vistas a Legislação Vigente, comprometendo-se a manter em sigilo e proteger os dados pessoais fornecidos em razão deste, exceto nos casos em que seja obrigado por lei a revelar as informações protegidas, em consonância ao disposto na Lei n.º 13.709/2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

16 - DAS PENALIDADES

16.1 - O atraso injustificado, na execução(ões) do(s) objeto(s) contratado(s), sem prejuízo das sanções previstas nos Artigos 77 e 78, ambos constantes na Lei Federal 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

ADVERTÊNCIA – no caso de infração leve, a critério da Administração;

- a) após o quinto dia da advertência, multa correspondente a 1% (um por cento) do valor global do contrato, por dia de atraso no atendimento dos prazos estabelecidos, até o limite de 15% (quinze por cento);
- b) após o décimo dia da advertência, multa de 10% (dez por cento) do valor global contratado;
- c) após o vigésimo dia da advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- **16.2** Atraso superior a 30 (trinta) dias, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;
- **16.3 -** Toda multa aplicada, terá seu valor descontado dos pagamentos a serem realizados pela Câmara Municipal de Hortolândia ou, ainda, judicialmente, se for necessário, tudo a exclusivo critério do CONTRATANTE.

17 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- **17.1 -** São causas que ensejam a rescisão do presente Contrato:
- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, suas especificações ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, suas especificações ou prazos;



ESTADO DE SÃO PAULO

- c) A lentidão no cumprimento do contrato, inviabilizando ou impossibilitando a entrega do serviço adquirido pela CONTRATANTE;
- d) O atraso injustificado na entrega do serviço;
- e) A decretação de falência da CONTRATADA;
- f) A dissolução da CONTRATADA;
- g) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste contrato;
- h) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa da CONTRATANTE, e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;
- i) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato.
- j) A rescisão do contrato obedecerá ao que preceituam os artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

18 - DO PAGAMENTO

- **18.1** Os pagamentos relativos ao presente contrato serão efetuados pela CONTRATANTE à CONTRATADA, em moeda corrente, no prazo e forma da proposta em contratação, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura e após atestada e comprovada as condições, sua entrega total, fiel e correta dos serviços fornecidos, nos documentos comprobatórios da despesa, pelo órgão fiscalizador encarregado de acompanhar a execução do referido serviço.
- **18.2 -** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, será ela restituída à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE, neste caso, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento correspondente.
- **18.3 -** Nenhum pagamento será feito pela CONTRATANTE à CONTRATADA antes de paga ou relevada qualquer multa que porventura lhe tenha sido aplicada por órgãos públicos;

19 - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

19.1 - O presente contrato poderá ser objeto de aditamento, mediante instrumento específico, que importe em alteração de qualquer condição contratual, desde que não haja prejuízos de qualquer natureza à CONTRATANTE no decorrer do período de vigência do presente Contrato.



ESTADO DE SÃO PAULO

19.2 - Poderão ocorrer alterações nas situações previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, neste caso essas se darão por meio de termo aditivo, numerados em ordem crescente, assinados por representantes legais das partes, observando os limites e as formalidades legais.

20 - DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

- **20.1 -** A CONTRATADA se obriga, sob as penas previstas no CONTRATO e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando à legislação brasileira anticorrupção, a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da CONTRATANTE.
- **20.2 -** A CONTRATADA declara e garante que não está envolvida ou irá se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção.
- **20.3 -** A CONTRATADA declara e garante que não se encontra, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, direta ou indiretamente (i) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção; (ii) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foi condenada ou indiciada sob a acusação de corrupção ou suborno; (iii) suspeita de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro por qualquer entidade governamental; e (iv) sujeita à restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental.
- **20.4 -** A CONTRATADA declara que, direta ou indiretamente, não ofereceu, prometeu, pagou ou autorizou o pagamento em dinheiro, deu ou concordou em dar presentes ou qualquer objeto de valor e, durante a vigência do Contrato, não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer objeto de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente a CONTRATANTE e/ou seus negócios.
- **20.5 -** A CONTRATADA declara que, direta ou indiretamente, não irá receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irá contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção, de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo.
- **20.6** A CONTRATADA se obriga a notificar prontamente, por escrito, à CONTRATANTE a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta Cláusula.
- **20.7** A CONTRATADA declara e garante que (i) os atuais representantes da CONTRATADA não são funcionários públicos ou empregados do governo; e que (ii) informará por escrito, no prazo de 3



ESTADO DE SÃO PAULO

(três) dias úteis, qualquer nomeação de seus representantes como funcionários públicos ou empregados do governo.

- **20.8** A CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, rescindir o CONTRATO, caso a CONTRATADA realize referida nomeação nos termos do item "ii" acima, sendo que, neste caso, não serão aplicáveis quaisquer multas ou penalidades à CONTRATANTE pela rescisão do CONTRATO, devendo a CONTRATADA responder por eventuais perdas e danos.
- **20.9 -** O não cumprimento pela CONTRATADA das leis anticorrupção e no aqui disposto será considerado uma infração grave ao CONTRATO e conferirá à CONTRATANTE o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o CONTRATO, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a CONTRATADA responsável por eventuais perdas e danos.

21 - DA PUBLICAÇÃO

21.1 - O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, onde se publicam seus atos oficiais, às expensas da CONTRATANTE.

22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **22.1 -** A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.
- **22.2 -** Para efeito deste contrato, não será considerado como precedente, novação ou renúncia aos direitos que a lei e o presente Contrato assegurem às partes, a tolerância quanto a eventuais descumprimentos ou infrações relativas a cláusulas e condições estipuladas nos termos do presente Contrato.
- **22.3** A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste.
- **22.4** Será permitida a subcontratação para a realização dos DE ATÉ 50% dos serviços, contudo a responsabilidade técnica sobre tais serviços será única e exclusivamente da CONTRATADA.
- **22.5** A Contratada será responsável pelo fornecimento aos seus funcionários de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente, conforme Item 20.18. do Termo de Referência, Anexo I Edital.
- **22.6** A Contratada fica obrigada a fornecer à fiscalização do Contratante três (03) cópias das ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), relativas à elaboração dos projetos contratados, recolhidas pelo Engenheiro responsável, com base no valor global do contrato, devidamente quitadas e assinadas;



ESTADO DE SÃO PAULO

- **22.7** Na execução dos serviços objeto da presente contratação além das disposições constantes no Memorial Descritivo, a CONTRATADA obriga-se observar as regras contidas na integra do Termo de Referência, Anexo I Edital.
- **22.8** Os serviços serão executados dentro das normas técnicas da ABNT, em atendimento às exigências das concessionárias locais de energia, água, saneamento e telefonia, dentro das especificações técnicas dos fabricantes dos materiais e em obediência as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.
- **22.9 -** Em caso de dúvidas da CONTRATADA na execução dos serviços do objeto ora contratado, estas deverão ser dirimidas pela CONTRATANTE, de modo a entender às especificações apresentadas como condições essenciais a serem satisfeitas.

23 - DO FORO E DOS CASOS OMISSOS

- **23.1** Fica eleito o foro Distrital de Hortolândia, SP, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- **23.2 -** Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei n º 8.666/93 e demais normas vigentes aplicáveis à espécie.
- **23.3 -** E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, também abaixo assinadas, que será arquivado no setor de compras desta Câmara, conforme dispõe o artigo 60 da lei nº 8.666/93.

Hortolândia, XX de XXXXXX de 2024.

RG.: RG.:

Tiortolaridia, AA de AAAAAA de 2024.	
PRESIDENTE	
CONTRATADA	
Testemunhas:	
NOME: NOME:	



ESTADO DE SÃO PAULO



ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

Contratante: Câmara Municipal de Hortolândia

Contrato nº: XX/2024

Processo CHM nº: 66/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de Monitoramento Eletrônico (Alarme eletrônico), circuito fechado de Televisão – CFTV, (monitoramento com transmissão baseada no protocolo IP), serviços de monitoramento de sistema de alarme 24 (vinte e quatro) horas, **por comodato**, com instalação, conforme projeto, fornecimento de mão de obra, equipamentos, manutenção e assistência, para Câmara Municipal de Hortolândia, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I do Edital Pregão nº 11/2023.

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado e cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, para fins de instrução e julgamento damo-nos por CIENTES E NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até final julgamento e sua publicação e, se for o caso, e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim estamos CIENTES, doravante, do que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709 de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica dos Interessados

Câmara Municipal de Hortolândia, XX de XXXXX de 2024.

Contratante: Câmara	Municipal de Hortolândia
Representante:	

Cargo:

CPF:



ESTADO DE SÃO PAULO

RG:
E-MAIL: presidencia@hortolandia.sp.leg.br
E-MAIL Pessoal:
Telefone:
Assinatura:
Contratado:
Representante:
Cargo:
CPF:
RG:
Endereço:
Email:
Telefone:
Assinatura:



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO X

CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

(emitido pela Unidade Compradora)

	ATESTO	que	0	repr	esentante	legal	da	li	citante
			(nor	ne	da	empres	a),		CNPJ
· 	,	Sr.					,	RG	nº
	, CF	PF nº				interessa	da e	m pa	rticipar
do PREGÃO nº	11/2023, Procε	esso CM	H n° 6	66/2023	3, realizou n	esta data v	visita	técni	ca nas
instalações do _						, r	eceb	endo	assim
todas as informaç	ções e subsídic	s neces	sários	para a	elaboração	da sua pro	posta	i.	
O licitante está o poderá pleitear ajustadas, tampo invocação de in executados os se	em nenhuma ouco alegar qu nsuficiência de	hipótes aisquer	e mod prejuíz	lificaçõ zos ou	es nos pre reivindicar	ços, prazo quaisquer	os ou bene	u con	dições sob a
(Local e data)									
(nome completo,	assinatura e qı	ualificaçã	ão do r	eprese	entante da lic	itante			-
(nome completo,	assinatura e ca	argo do s	servido	r respo	onsável por a	acompanha	ır a vi	isita)	



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA

(elaborado pelo licitante)

Eu,			, por	tador do RG nº
	е	do CPF nº		, na
condição	de	representante	legal	de
			(nome	empresarial),
interessado e	em participar do	PREGÃO PRESENCIAL	nº 11/2023, Prod	esso CMH n°
66/2023, DEC	CLARO que a licita	nte não realizou a visita	t écnica prevista n	no Edital e que,
mesmo ciente	da possibilidade d	e fazê-la e dos riscos e co	nsequências envolv	vidos, optou por
formular a pro	posta sem realizar	a visita técnica que lhe ha	via sido facultada.	
não poderá p ajustadas, tan	leitear em nenhum npouco alegar qua insuficiência de	sde já que, em conformida na hipótese modificações aisquer prejuízos ou reivir dados ou informações	nos preços, prazos ndicar quaisquer be	ou condições nefícios sob a
(Local e data)				
_				

(nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)